



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANTONIA VANESSA GOMES PEREIRA FARIAS

**MUITO ALÉM DA TERRA: LUTA DOS INDÍGENAS DE PIRIPIRI PELA
EDUCAÇÃO ESCOLAR (2005-2015)**

PARNAÍBA-2016
SETEMBRO -2016

ANTONIA VANESSA GOMES PEREIRA FARIAS

**MUITO ALÉM DA TERRA: LUTA DOS INDÍGENAS DE PIRIPIRI PELA
EDUCAÇÃO ESCOLAR (2005-2015)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em História pela Universidade Estadual do
Piauí – UESPI como pré-requisito para obtenção do
Título de Licenciado em História, sob orientação do
Professor Msc. Yuri Holanda da Nóbrega.

**PARNAÍBA-PI
SETEMBRO - 2016**

F224m

Farias, Antonia Vanessa Gomes Pereira.

Muito Além da Terra: Luta dos indígenas de Piripiri pela educação escolar (2005 – 2015). / Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias - Parnaíba: UESPI, 2016.

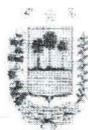
62 f.

Orientador: Prof. Msc. Yuri Holanda da Nóbrega.

Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, 2016.

1. Indígenas de Piripiri 2. História 3. Educação 4. Escola I. Nóbrega, Yuri Holanda da II. Universidade Estadual do Piauí III. Título

CDD323.119 8



**ATA DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

Aos dezenove dias de setembro de 2016 no Campus Alexandre Alves de Oliveira, reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora da Monografia intitulada: Muito além da terra: luta dos indígenas de Piripiri pela educação escolar (2005 - 2015)

de autoria do concludente Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias

A Banca Examinadora foi constituída pelos professores:

Mary Angélica Costa Tourinho (Examinador)
Vanilda Sá Quixaba Ferreira (Examinador) e
Yuri Holanda da Nobrega (Orientador/ Presidente). Às 17:30

a sessão foi aberta pelo senhor presidente que deu início aos trabalhos convidando o candidato a fazer breve exposição sobre a Monografia em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de 30 (trinta) minutos. Findada a exposição o presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora. Após a arguição dos mesmos, o concludente voltou a tomar a palavra para responder as questões formuladas e logo em seguida foi a vez do orientador se manifestar sobre o trabalho. A seguir a Banca Examinadora retirou-se a fim de analisar e decidir sobre a Monografia apresentada. Retornando, o presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a Monografia APROVADA (aprovada ou reprovada) com nota 10,0. O presidente, então, congratulando-se com o candidato e agradecendo a presença e todos, encerrou a sessão às 18:30. E, para constar foi lavrada a presente ATA que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Parnaíba, 19 de setembro de 2016

Yuri Holanda da Nobrega
Presidente da Banca Examinadora

Mary Angélica Costa Tourinho
Examinador

Vanilda Sá Quixaba Ferreira
Examinador

Yuri PH
Yuri Holanda da Nobrega
Mat. 1281026-8 - Port. n.º 9
Coord. do Curso de Lic. Plena em História
Campus UESPI/Parnaíba

ANTONIA VANESSA GOMES PEREIRA FARIAS

**MUITO ALÉM DA TERRA: LUTA DOS INDÍGENAS DE PIRIPIRI PELA
EDUCAÇÃO ESCOLAR (2005-2015)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em História pela Universidade Estadual do
Piauí – UESPI como pré-requisito para obtenção do
Título de Licenciado em História, sob orientação do
Professor Msc. Yuri Holanda da Nóbrega.

Monografia aprovada em 19 / 09 / 2016

Banca Examinadora

Professor Msc. Yuri Holanda da Nóbrega
Orientador

Professora Dr. Mary Angélica Costa Tourinho
Examinadora Interna

Professora Esp. Ivanilda Sá Quixaba Ferreira
Examinadora Interna

Dedico aos remanescentes Indígenas de Piripiri-PI.

AGRADECIMENTOS

Nesta trajetória várias pessoas foram importantes para alcançar esta meta e cresceram infinitamente por tê-los ao meu lado, parcerias estas que a vida nos oferece e outras que conseguimos agregar. Agradecer a essas parcerias se torna indispensável, pois são as bases do esforço, da dedicação e principalmente da motivação nas horas de dúvidas.

Agradeço primeiramente a Deus por ter permitido que eu chegasse até aqui. Aos meus pais (Socorro e Antônio) embora com poucas condições, terem deixado eu sair de casa com apenas 12 anos para realizar esse meu grande sonho - estudar, por terem sempre dado força para eu chegar até aqui.

Agradeço infinitamente ao meu companheiro Felipe que não se limitou em me ajudar, quantas madrugadas ao meu lado, para ajudar encorajar, opinar, enfim, você foi meu alicerce para este trabalho como todo seu amor e carinho.

Agradeço ao professor Roberto Kennedy por te me mostrado e incentivado o estudo dos povos indígenas do Piauí, sempre muito prestativo, nunca deixou de ajudar nos momentos de dúvidas.

Agradeço ao meu orientador Yuri Holanda, que chegou e se propôs a me orientar, sou muito grata por todas as colocações, revisões deste trabalho, muitas vezes chegava com uma ideia que não sabia por onde começar, sempre tinha uma solução. Assim construímos esse trabalho. Um muito obrigada!

Agradeço aos meus irmãos Eduardo e Davi, minhas irmãs Patrícia e Tatiane, mesmo sem poder, comprava livros para mim. Era sempre o que ia pedia se alguém quisesse me dá um presente. Obrigada pelas palavras de conforto nas horas difíceis.

Agradeço aos “nerds” em especial ao meu amigo Wermeson, embora tivéssemos o mesmo sonho seguimos caminhos diferentes, eu História e você Letras Português, mas não importa amigo, soube ser amigo nos momentos árduos, um de nós da turma “nerd” do Chagas Rodrigues está se formando, aqui alguns dias é você.

Agradeço infinitamente todos os colaboradores da associação Itacoatiara, se não fosse por vocês este trabalho não teria nem acontecido, Vanusa, Francisco, Joselane, José Guilherme, Romeu e demais que de uma forma ou de outra sempre procuraram me ajudar a escrever a história de vocês.

Um muito obrigada ao amigo Israel Denes, pessoa que esteve disponível em Piri-piri, fez as entrevistas comigo, permitiu que ficasse em sua casa, sua família também é amor, muito obrigada.

Um agradecimento especial as minhas amigas de turma, Miriele, Samara e Jacqueline, vocês foram de suma importância para a realização principalmente do meu terceiro capítulo, no momento em que eu estava desistindo me levantaram e me encorajaram a continuar, isso foi extremamente importante para mim nessa reta final.

Um agradecimento mais que especial ao meu grande amigo Messias pelo seu apoio intelectual.

Agradeço carinhosamente as professoras Mary Angélica e Ivanilda de Sá, pela ajuda e contribuição no meu trabalho, como também ao professor Leandro por me indicar várias leituras sobre história do Piauí.

Assim agradeço aos demais colegas da turma, pessoas que aprendemos a conviver um com as diferenças do outro. Em especial a Marciane, Gabriela, Luciana, Neta que foram pessoas muito próximas muito solícitas.

Um obrigada a todos pela construção deste trabalho!

Os Índios fervilhavam como formigas às margens dos rios e vales do Piauí

ODILON NUNES, 2007

RESUMO

O presente trabalho visa analisar e refletir historicamente, a condição de organização da luta pela educação escolar indígena dos remanescentes indígenas Itacoatiara na cidade de Piripiri-PI e procurar perceber as vivências na comunidade. Este trabalho busca perceber os esquecimentos ou silenciamentos históricos sobre os povos indígenas ao longo dos tempos nas variadas formas de sociabilidade, como sujeitos da história. Temos como objetivo geral analisar a situação dos remanescentes indígenas de Piripiri e suas formas de organização em prol da luta pela Educação Escolar Indígena; perceber a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 na escola do bairro em que estudam os remanescentes na cidade de Piripiri; analisar a historiografia brasileira e piauiense com relação aos povos indígenas. Metodologicamente este trabalho se utiliza a história oral como ferramenta de pesquisa, para tanto foram realizadas entrevistas tendo como foco ou objeto de análise os remanescentes indígenas dos tabajaras. Tais entrevistas dão subsídios para a compreensão do conhecimento sobre a atual situação de luta dos remanescentes. Durante o texto, faremos também um cruzamento de fontes a partir dos seguintes teóricos: DIAS E SOUSA, 2010; BANIWA,2006; HOBSBAWM,1988; SILVA, 2012; FUNARI, 2011 esta objetiva construir um diálogo das entrevistas com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE sobre o último Censo , em 2010, no qual cerca de 3000 pessoas se autoproclamam indígenas no estado do Piauí, com isso inúmeros debates a cerca do assunto em nossa historiografia piauiense que durante muito tempo pouco se debateu sobre essa condição na formação histórica como um dos elementos formadores do ser piauiense.

Palavras-chave: Indígenas de Piripiri. História. Educação. Escola

ABSTRACT

This paper aims to analyze and reflect historically, the condition of organization of the struggle for indigenous education of remnants Tabajara in the city of Piripiri-PI at this time and trying to understand the experiences in the community. This work seeks to understand the forgetfulness or silencing historical on indigenous peoples throughout the ages in various forms of sociability, thus making them subjects of history. We have as main objective to analyze the situation of indigenous remnants of Piripiri and their forms of organization in support of the struggle for Indigenous Education; realize the applicability of Law 11.645 / 2008 in the school of the neighborhood where studying the remainings in the city of Piripiri; analyze historiography piauiense and brazilian with respect to indigenous peoples. Methodologically this study uses oral history as a research tool, therefore interviews were conducted focusing or object of analyze indigenous remainings of tabajaras. Such interviews provide a basis for understanding the knowledge of the current situation of the struggle of remainings. In the text, we will also make a font crossing from the following theoretical: DIAS and SOUSA, 2010; BANIWA, 2006; HOBBSAWM, 1988; SILVA, 2012; FUNARI, 2011 this objective build a dialogue of interviews with data the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE on the last census, in 2010, in which about 3,000 people call themselves indians in the state of Piaui, with it numerous debates about the subject in our piauiense historiography that for a long time little is discussed about this condition in the historical formation as one of the formative elements of being Piauiense

Keywords: Indigenous of Piripiri. History. Education. School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
I HISTORICIZAÇÃO DA QUESTÃO INDÍGENA NO PIAUÍ ENQUANTO PARTE DO PROCESSO GERAL DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL.....	10
<i>1.1 O índio no processo de formação do povo brasileiro: Breve análise do indígena na formação do Brasil presente na historiografia de Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.</i>	<i>10</i>
<i>1.1.1. A invisibilidade histórica do índio e suas consequências.....</i>	<i>15</i>
<i>1.2 A questão indígena no Piauí: um debate historiográfico ..</i>	<i>18</i>
II MOVIMENTO INDÍGENA: UM DESAFIO PELO DIREITO À DIVERSIDADE E IDENTIDADE CULTURAL E ÉTNICA DO ÍNDIO PIAUIENSE NA CONTEMPORANEIDADE	24
<i>2.1 Cotidiano dos Tabajaras de Piripiri: entre lembranças e esquecimentos</i>	<i>24</i>
<i>2.2 Direito a cidadania: História de luta e resistência</i>	<i>31</i>
III HISTÓRIA DE LUTA DOS REMANESCENTES INDÍGENAS DE PIRIPIRI-PI: A LEI 11645/08 PROVENDO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	40
<i>3.1 A Lei 11.645 de 10 de março de 2008: desafios e possibilidades.....</i>	<i>40</i>
<i>3.1.1 A Imagem do índio da escola moderna.....</i>	<i>43</i>
<i>3.2 Os Tabajaras de Piripiri-PI: educação escolar indígena e o direito a diferença.....</i>	<i>46</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

A história dos povos indígenas do Piauí ainda é tratada em segundo plano pelas autoridades; os remanescentes dos Tabajaras que atualmente vivem na cidade de Piripiri-PI, não são índios aldeados, sua língua e religiosidade foram totalmente perdidos, entretanto eles buscam reconhecimento por quem são e por sua história. Assim os remanescentes possuem duas fundamentais bandeiras de luta para a melhoria de sua comunidade e afirmação de suas etnicidades: terras e educação escolar indígena. Esta última é o principal objeto deste trabalho.

A questão norteadora deste trabalho se deu por meio de um projeto de pesquisa PIBIC/CNPq (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa) no qual fui bolsista tendo orientação do professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco. A nossa pesquisa enquanto PIBIC tinha foco na história dos índios que declararam-se no estado do Piauí, assim o primeiro encontro com os remanescentes que aconteceu na universidade Estadual do Piauí – UESPI em 2013 num evento “questão indígena no Piauí” organizado pelo Roberto Kennedy e alunos do curso de história. Na ocasião se fez presente o presidente e o cacique da Associação. O projeto teve menos de um ano de duração, então senti necessidade e vontade de dar continuidade ao projeto, só que meu olhar histórico buscou outro viés. O recorte temporal se deu depois da minha entrada do PIBID-CAPES, (Programa Institucional de Iniciação à Docência) onde o projeto tinha eixo central na história dos povos indígenas e afro-brasileiros pautado na Lei 11.645/2008. Ao começarmos trabalhar a temática em sala de aula na escola Liceu Parnaibano, percebi que a maioria dos estudantes desconhecia a presença de remanescentes do estado do Piauí; portanto foi a partir dessas falhas que busquei problematizar este trabalho. Então a proposta deste trabalho partiu primeiramente dos seguintes pontos: como os indígenas são tratados na historiografia nacional e principalmente piauiense e o porquê da invisibilidade do mesmo; como era o cotidiano e como se organizava enquanto grupo, ou seja, suas lutas e resistência como também a funcionalidade da lei 11.645/08 nas escolas de Piripiri e como a escola moderna os representa assim saber como os remanescentes se organizam em busca da educação escolar.

O objeto de nosso trabalho são os remanescentes indígenas de Piripiri-PI entre os anos de 2005 a 2015. O interesse pela pesquisa se deu pelo caráter de denúncia historiográfico. Pois os trabalhos que têm na Academia ainda engatinham, e alguns tratam os povos indígenas piauienses ainda pejorativos. Portanto, este trabalho tem como foco de análise a luta dos remanescentes pelo direito a educação escolar indígena. Tem como objetivo geral analisar a situação dos remanescentes indígenas de Piripiri e suas formas de organização em prol da luta

pela Educação Escolar Indígena ; perceber a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 na escola do bairro em que estudam os remanescentes na cidade de Piripiri; analisar a historiografia brasileira e piauiense com relação aos povos indígenas

O marco inicial do trabalho tem como justificativa o ano da criação da Associação Itacoatiara de remanescentes indígenas de Piripiri e final porque foi o ano em que os remanescentes compraram um terreno - único pedaço de terra que possa ser chamado de seu.

A investigação histórica do presente trabalho se fundamenta pela história social, tendo como foco de análise os remanescentes indígenas de Piripiri-PI, as questões que orientam este texto monográfico são a partir de diálogo com autores piauienses como DIAS e SOUSA no qual organizaram um livro “História dos Índios no Piauí” que constroem o que de mais atual existem na historiografia do Piauí “a história indígena está sob escombros da memória” (2011, p.19) BANIWA (2006) antropólogo indígena onde me orienta e inspira sobre cotidiano e educação indígena “A educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola” HOBBSAWM (1988) com conceito de que “todo povo tem história”, THOMPSON (1981) que nos injeta o termo “experiência” FREYRE(2006); PRADO JUNIOR(2004); RIBEIRO(2008); HOLANDA(2013); SILVA(2012); FUNARI e PINÓN (2011); BITTENCOURT(2013)

Para a realização deste trabalho foram feitas cinco entrevistas, sendo que quatro são remanescentes; Joselane Dias, artesã e acadêmica de História, Francisco Dias, artesão e pedagogo, Vanusa Katia Pedagoga; José Guilherme Agricultor, semianalfabeto; Jean Paulo professor de História e o funcionário da FUNAI Romeu Tavares. As entrevistas foram feitas de forma aleatória. Assim sendo, evidenciamos o papel importante da História Oral para intermediar a emergência do reconhecimento étnico dos remanescentes. Que através das suas memórias nos permite ter esse contato com seu cotidiano. A história do tempo presente tem possibilitado que o pesquisador tenha contato com entrevistado. Segundo PORTELLI (1997, p .09) “Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca.”.

Durante o texto, faremos também um cruzamento de fontes oficiais com as orais que objetiva construir um diálogo das entrevistas com teóricos e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE sobre o último Censo, em 2010, no qual cerca de 3000 pessoas se autoproclamam indígenas no estado do Piauí, com isso perceber o cotidiano para a Associação Itacoatiara.

O trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro trata-se de um debate historiográfico a partir de Freyre, Prado Junior, Ribeiro, Holanda; Dias e Sousa no qual

mostraremos a visão dos autores com relação aos indígenas, a intenção é analisar a contribuição dos povos indígenas para a formação da sociedade brasileira, e como os autores piauienses trabalharam e trabalham a questão indígena, e problematizando as questões que são colocados. Durante o texto faremos recuos cronológicos para melhor compreendermos a historicidade do tema. Trataremos da invisibilidade do índio na sociedade contemporânea como também na historiografia. Assim o primeiro capítulo tem como objetivo historicizar a questão indígena no Piauí.

No segundo capítulo abordaremos o cotidiano dos remanescentes indígenas, mostrando história de lutas e resistências pelo reconhecimento ancestral e pela sua história, abordando a importância da terra e da educação escolar indígena para um grupo que se reconhece enquanto remanescentes dos tabajaras. Buscamos problematizar através de autores a diversidade existente no universo indígena. Portanto o segundo capítulo veremos as histórias de lutas e resistência dos indígenas na cidade de Piripiri em busca de seu reconhecimento ancestral.

O capítulo três iremos trabalhar com a Lei 11.645/08 e seus impactos na escola de Piripiri, a luta dos remanescentes pelo direito a educação escolar indígena, dialogando com alguns autores dentre eles: BITTENCOURT, FUNARI e PINÓN, BANIWA e com as fontes orais entrevistas. O presente o capítulo é fundamentado com esses autores para nos responder acerca da aplicabilidade da Lei e também como ocorre a educação para os indígenas da Associação Itacoatiara.

Diante do exposto neste trabalho monográfico buscamos evidenciar e registrar a história dos remanescentes de Piripiri.

CAPITULO I

HISTORICIZAÇÃO DA QUESTÃO INDÍGENA NO PIAUÍ ENQUANTO PARTE DO PROCESSO GERAL DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL

O território é o espaço da natureza do índio, é o ambiente sagrado da vida, o dinheiro não é uma ferramenta dessa sociedade. Mas infelizmente hoje ele precisa desse dinheiro para viver.
(Vanúsa Kátia)¹

1.1 O índio no processo de formação do povo brasileiro: Breve análise do indígena na formação do Brasil presente na historiografia.

Na historiografia brasileira, dentre os diversos autores que foram - e ainda são - importantes com relação aos indígenas, destacamos Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Caio Prado e Sergio Buarque de Holanda. Estes, de uma forma ou de outra, refletem e permitem-nos uma visão abrangente acerca do índio brasileiro, suas histórias, relações sociais e cotidiano, pontos importantíssimos para qualquer análise, sobre as culturas indígenas e seus significados.

Nossa historiografia como um todo se beneficiou, sobretudo a partir da década de 1930, dos estudos destes grandes intelectuais que através de diversas matrizes e teorias históricas, sociais e políticas distintas reinterpretaram o processo histórico do nosso país, neste ato de “redescobrir o Brasil”². Neste momento do trabalho buscaremos através de uma inserção profunda na obra dos autores visualizar como estes intérpretes da história do Brasil analisaram a contribuição/participação do elemento indígena na história do nosso país.

Segundo Darcy Ribeiro, temos que considerar as chamadas “matrizes étnicas” do povo brasileiro. Estas não podem, de maneira alguma, ser assimiladas ou estabelecidas unilateralmente, sequer apropriadas ou monopolizadas. Por serem formadas por diferentes etnicidades, não se pode sequer cogitar a hipótese de deixar de lado uma ou outra cultura ou povo, sob qualquer pretexto que seja, com riscos de produzir uma história alheia ao próprio povo ou focalizada em uma parcela deste, como por muitos anos aconteceu à educação

¹ Remanescente indígena de Piripiri

² Expressão de José Carlos Reis para se remeter a obra de vários intelectuais (entre eles os quatro citados), sobre isto ver: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

brasileira no quesito do eurocentrismo. Assim, podemos afirmar com justiça que as matrizes étnicas do povo brasileiro também são dos indígenas, devido à absorção ocorrida no processo de colonização por meio de misturas étnicas.

A raiz da miscigenação brasileira de matriz indígena ocorreu com o chamado “cunhadismo”, expressão que define o sistema utilizado pelos indígenas para designar o ato de agregar pessoas desconhecidas às suas comunidades.

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em detalhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. (RIBEIRO, 2008, p.72)

Foi por meio do cunhadismo que se deu o processo de formação do Brasil Colônia, pois a partir das relações com as índias foram moldando-se os laços primordiais que deram origem os grupos sociais que constituíram a sociedade brasileira. É uma instituição que claramente demonstra a objetificação da mulher indígena, no ponto em que elas são utilizadas como ponte ou elo do sujeito alheio à comunidade e que, ao tomá-la como esposa, passa a integrar o grupo de forma aparentemente muito profunda, ou seja, através da entrega de uma mulher para o casamento, a comunidade ganha um membro, criando-se laços quase instantâneos.

Nessas relações de cunhadismo “a mulher indígena não foi só a base física da família brasileira, foi o apoio rebuscado que se multiplicou, tornando-se o elemento mais valioso da cultura indígena para a formação da família” (FREYRE, 2006 p.). Assim, o cunhadismo permitiu que a cultura indígena crescesse de forma exponencial em números e, claro, em diversidade, visto que eram incorporadas à comunidade etnias das mais variadas, mas sempre tendo a base forte feminina da mulher indígena no centro dessas relações. Sem a índia, muito provavelmente não seria possível tal multiplicação da comunidade e formação da família indígena. Gilberto Freyre, entretanto, se utiliza de conceitos positivistas para falar dos nativos como os povos “atrasados”, o que hoje podemos problematizar e contestar.

Para Freyre (2006), as relações no cunhadismo se constituíram de “forma harmoniosa”; contudo, aqui ele reduz drasticamente os elementos de resistência indígena à opressão do colonizador, alegando que “os índios da América Latina, resistiam a colonização através do silêncio, da má disposição para trabalhar”³. No que concerne a regularidade da

³ TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: A questão do outro. São Paulo : 1993. p 47.

sociedade brasileira e as bases que a formaram, tendo ainda o índio como um elemento que constitui o Brasil, podemos tomar Gilberto Freyre, onde ele afirma que esta foi

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constitui mais harmoniosamente quanto as relações de raça: no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo da contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (FREYRE, 2006, p.160)

O autor fala da troca de experiências e da passividade dos nativos com relação aos colonizadores, fato que gostaríamos de problematizar, pois os nativos fazem parte de uma teia muito diversificada, e não se pode de fato generalizar todos os indígenas alegando tamanha harmoniosidade. Portanto em alguns casos as relações entre alguns indígenas e os colonizadores podem ter ocorrido de forma mais harmoniosa ou menos traumática, mas nem todos encaixavam-se nessa lógica. Além disso, Freyre unilateraliza a troca de experiências e valores quando fala que um grupo “atrasado” beneficiou-se do “adiantado”, mas silencia sobre as contradições culturais. É impensável que, em uma troca cultural, apenas um lado assimile conhecimento ou beneficie-se e portanto temos que afirmar que os dois grupos aproveitaram-se dos valores e experiências um do outro, tanto explorador como explorado.

Gilberto Freyre foi um intelectual que se propôs a estudar a história do Brasil buscando escapar das teorias eugênicas de autores como Sílvio Romero. Para tanto o contato com a antropologia de Franz Boas foi determinante para o autor perceber a lógica própria de cada cultura; entretanto, em *Casa Grande & Senzala* (1933)⁴, objeto privilegiado de estudo neste ponto da pesquisa, o autor faz referência ao indígena como “criança grande”, ao ponto de afirmar, sobre o contato do português com as várias tribos indígenas no século XVI:

De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização européia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas (FREYRE, 2008, p. 158).

O autor na nossa análise hierarquiza na obra o processo de constituição do sistema colonial do Brasil em atores distintos, sendo o português (branco), o negro (escravizado) e o índio (criança grande selvagem) os que respectivamente figuraram nos três primeiros lugares.

⁴ Apesar do termo não constar na obra, a ideia de “democracia racial” que o texto aparentemente alude foi duramente criticado por outros intelectuais como Florestan Fernandes (REIS, 2008).

No topo estaria o português “plástico”, que soube se aproveitar dos fazeres e saberes dos povos indígenas, sobretudo da mulher índia, que foi a base disto, e assim efetivou seu sistema de dominação cultural/simbólica sobre as “crianças grandes”.

O indígena, assim como o negro, em suas relações com o português - o elemento “plástico” por excelência (FREYRE, 2006) - foi tomado como importante; entretanto, neste ponto é que criticamos o autor. O indígena, apesar de ser um dos atores principais, também era o “indolente”, o primo menor numa tríade participativa, onde os portugueses “plásticos” figurariam na hierarquia freyreana no topo do processo colonizador. O negro viria em segundo e os povos indígenas seriam os “últimos” da tríade, classificação que, ao nosso ver, a obra perpassa.

Segundo Freyre:

Do indígena quase que só se aproveitou a colonização agrária no Brasil o processo da coivara que infelizmente viria a empolgar por completo a agricultura colonial. Se formos apurar a colaboração do índio no trabalho propriamente agrário temos que concluir [...] pela quase *insignificância* desse esforço (FREYRE, 2006, p. 164, grifo nosso).

Enfatizamos o trecho “o processo da coivara que infelizmente viria a empolgar por completo a agricultura colonial”, além de o último trecho denotar que esse esforço fosse quase insignificante. Sobre a coivara, julgamos interessante uma análise da antropóloga brasileira Alcida Rita Ramos sobre a matéria. Segundo a mesma:

Ao contrário das críticas ventiladas por alguns agrônomos e tecnocratas, o sistema da coivara, longe de ser irracional, é o que de melhor se adapta às condições ecológicas dos trópicos úmidos, [...] desde o benefício das cinzas da vegetação queimada, da diversidade e zoneamento das plantas cultivadas, [...] (RAMOS, 1986, p. 32).

Ou seja, a coivara estava bem longe de ser inútil ou insignificante. Essas percepções que o texto de Freyre nos repassa são propriamente fruto do mesmo discurso da superioridade de uma “raça” em relação à outra, de uma cultura ser mais “desenvolvida” ou até mesmo “melhor” do que outra. É um entrelinhas, entendível; ele está nos dizendo novamente que os indígenas são um povo atrasado, e que tem muito o que aprender ainda. No entanto, para a lógica capitalista, de fato o processo de coivara é repudiado, mas para o indígena esta seria uma grande contribuição, haja vista que não era utilizada para produzir lucros e sim para o sustento familiar. Dito isso, é necessário que se reflita a respeito do processo de coivara como

algo que apesar de ser útil para os povos indígenas, é prejudicial ao meio ambiente, pois as queimadas danificam a capacidade produtiva.

Como observado, em *Casa Grande & Senzala*, Freyre ressalta o valor principalmente da mulher índia (FREYRE, 2006), na contribuição dos povos indígenas ao projeto colonizador do invasor português. Tendo em mente seu “lugar de produção” (CERTEAU, 1982) e os limites epistemológicos da época da produção da obra, vários pontos podem ser criticados, como os já observados “raça” e – pior ainda - “raça atrasada”, que designam os povos indígenas que habitavam a região da América antes da invasão portuguesa.

Nas palavras de Freyre:

Com a intrusão europeia desorganiza-se entre os indígenas da América a vida social e econômica; desfaz-se o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico. Principia a degradação da *raça atrasada* ao contado da adiantada; [...] Os portugueses [...] vieram defrontar-se na América [...] com uma das *populações mais rasteiras* do continente (FREYRE, 2006, 157-158 grifo nosso).

Reflitamos como o índio é tratado. Utilizando-se de noções de “atrasado” “rasteiro”, estes conceitos que o autor aplica são preconceituosos à luz do tempo presente, o que nos condiciona a criticar a obra. A promulgação da lei 11.645, de 10/03/08, veio com o intuito de desconstruir visões como esta⁵. Uma das proposições⁶ historiográficas que articulam Freyre a outros historiadores como Sérgio Buarque de Holanda é a não predisposição dos índios ao trabalho em larga escala; neste sentido “verificou-se frustrada as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, [...]” (HOLANDA, 2013, p. 48).

Nem mesmo Caio Prado Júnior, historiador de uma tendência marxista, escapou a análises que ao nosso ver, devem ser revistas, tais como:

[...] o índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos. O Brasil neste assunto, estava em situação radicalmente diversa dos países andinos (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 36).

De novo o critério é o trabalho; insistindo no assunto nos parece que os autores em questão se dedicam analisar as contribuições quando do contato dos povos indígenas com os invasores portugueses apenas nas questões do trabalho. Dito isto, o nosso ver a legislação e,

⁵ Ver: Art. 26-A. In: CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 22ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 204-206.

⁶ Além do fato da utilização, pérfida e obsoleta à nossa análise, do conceito de *raça*.

por conseguinte, a prática de ensino que trata da história dos afro-brasileiros e indígenas (lei 11.645/08) ressignifica a ênfase em se tratando da cultura indígena, problematizando estas noções de “raça atrasada” ou a mensuração da contribuição do índio estabelecendo como parâmetro avaliativo a questão da “inadaptabilidade” dos povos indígenas, ou pior, afirmando a “indolência” dos mesmos ao trabalho agrícola em larga escala, afinal isto era o projeto do colonizador, invasor e destruidor de cultura, que Freyre chama de “raça adiantada”.

Já no curto - mas importante - livro⁷ para se compreender a história do Brasil, o ensaio *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda propõe uma visão diferente sobre o índio; sua análise provocativa propõe uma semelhança entre as características atribuídas aos indígenas e os padrões aristocráticos do português, o autor salienta que:

É curioso notar como algumas características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil – sua “ociosidade”, sua aversão a todo esforço disciplinado, sua “imprevidência”, sua “intemperança”, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas – ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres (HOLANDA, 1995, p. 56).

Neste sentido, o autor se diferencia da abordagem de Freyre quando mostra sentidos como “intemperança” ou “imprevidência”, que nos ajudam a melhor recolocar o índio no quesito do seu relacionamento com o opressor, bem diferente da “raça atrasada” que só se beneficiou com a cultura avançada dos colonizadores descrita por Gilberto Freyre. Outra questão notável é que não existe um capítulo específico no livro de Sérgio Buarque - como há no texto de Freyre - para tratar da questão do indígena. Para o ensino de história, para assuntos voltados para a construção de um currículo com abordagens plurais e abrangentes, um estudo sobre a obra dos autores se torna indispensável, quando não incontornável, para os estudos e o ensino nas escolas sobre a temática indígena no Brasil, que podem ser também apropriados para se pensar o índio piauiense na sala de aula (como objeto de estudo na prática docente).

1.1.1 A invisibilidade⁸ histórica do índio e suas consequências

⁷ Ver “O significado de *Raízes do Brasil*” de Antonio Cândido In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-21.

⁸ Conceito utilizado por Joan Scott, ver a obra *Invisibilidade da diferença*, 1998. A obra aborda como os sujeitos se tornam invisíveis na sociedade. Joan Scott é uma historiadora norte americana que trabalha com história do gênero e pauta na teorização do gênero e não apenas análise.

É válido o questionamento que podemos fazer neste momento acerca do quão longe ou profundamente nossa historiografia trata do índio, ou mais propriamente dito, como lhes permitimos a própria história. Porque se pararmos para pensar, será que o índio tem uma história narrada e analisada no meio escolar, sequer no acadêmico? Estamos realmente valorizando sua cultura, sua contribuição para a formação da nação brasileira no mesmo passo ou, mais profundamente colocado, no mesmo valor das outras influências culturais, como a portuguesa ou inglesa? Quantos capítulos nossos índios têm em nossos livros didáticos? E quantos outros povos, de contribuição menor ou menos insignificante para a construção das nossas identidades culturais ?

Por exemplo: não é raro que, em sala de aula, enquanto imersos em uma disciplina que envolve divindades, os alunos saibam de cor e com perfeição vários nomes de divindades egípcias, gregas, até mesmo nórdicas - que definitivamente não têm espaço na maioria dos livros didáticos, mas encontram-se perfeitamente representados em vários veículos de comunicação da chamada “cultura pop”⁹ – mas encontrem quase indefinível dificuldade em encontrar nomes para as divindades dos indígenas. Na verdade, na maioria das vezes o silêncio e os rostos atônitos são o que sucedem a esse questionamento.

Portanto, é necessário repensar as abordagens históricas indígenas e suas representações. O discurso, até pouco tempo atrás, era quase banal; o índio retratado como figura distante da sociedade, que o trata como se não existisse, ou com total desinteresse. A academia e a historiografia seriam também assim? Dado que os trabalhos com as comunidades indígenas têm aumentado tanto em termos quantitativos, como também na forma de múltiplas abordagens, podemos dizer que a situação melhorou, mas ainda está longe de ser a ideal. Como nas palavras de Zeneide Rios de Jesus:

John Manuel Monteiro ao avaliar os desafios da História indígena, criticou a historiografia brasileira, pois para ele, *“com exceção de poucos estudos, parece prevalecer, ainda hoje, a sentença pronunciada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, na década de 1850: para os índios, não há história, há apenas etnografia* (MONTEIRO, 2000:221) [...] cabe perguntar: o que mudou ao longo desses anos? Quais avanços tivemos em relação aos estudos sobre as populações indígenas no campo da História? Quais são as imagens ainda presentes sobre os indígenas brasileiros? (JESUS, 2011, p.3)

⁹ Cultura Pop é um termo utilizado para definir as representações culturais que ganham enorme espaço e visibilidade mundial, permanecendo como ícones para pessoas de diversas gerações e em diferentes veículos, como quadrinhos, televisão ou cinema.

Para Jesus (2011) Varnhagen tinha grande razão à época quando afirmou que para os índios havia apenas etnografia. Mas a pergunta central é: ele teria razão se afirmasse isso nos dias de hoje? Nossa responsabilidade é responder a isso com um sonoro não. E para garantir que ele tenha embasamento, nada melhor que realmente valorizar e analisar a história e cultura indígenas de forma mais intensa.

Felizmente a historiografia vem se provando aberta à pesquisa indígena, pelo menos por parte de alguns historiadores. Não poderia ser de outro modo, visto que a história indígena entrelaça-se com a dos colonizadores; suas relações sociais, conflitos, a própria miscigenação não poderiam ser plenamente esclarecidos sem que se estudasse o papel do índio, e consequentemente sua cultura e sociedade. Entender o povo brasileiro depende da história do índio, assim como da história do negro.

A Historiografia Brasileira vem incorporando diversos grupos sociais que antes eram completamente ignorados e as populações indígenas fazem parte desses grupos, porém, por muito tempo foram considerados como ahistóricos e deixados a margem da História do Brasil enquanto sujeitos. Em muitos estudos, foram vistos apenas como vítimas que a partir do contato com europeus no período colonial e os “brasileiros não-índios” em outros momentos da história do país, foram, ao longo do tempo, sendo dizimados, assimilados, enfim entrando em extinção. (JESUS, 2011, p.4)

Como podemos ver, a segregação historiográfica aplicada sobre os povos indígenas teve o efeito de criar a ilusão de que estes não têm história, ou não participaram efetivamente da história do país, pois foram dizimados e não mais existem. Obviamente as comunidades indígenas existentes no Brasil, ao ganharem força após década de 1980 com a ascensão dos movimentos indígenas e da retomada historiográfica do índio na pauta dos trabalhos acadêmicos, repudiaram tais representações bastante errôneas, reivindicando seu direito à História:

Hoje, os mais de duzentos povos indígenas espalhados por todo o país desmentem claramente todas as abordagens, teorias e políticas que preconizaram seu fim. Fortalecidos pelo crescimento vegetativo e pelos movimentos de autodeterminação, diversos povos vem se organizando e exigindo da sociedade brasileira respeito à diferença ao mesmo tempo em que reivindicam direitos comuns aos cidadãos brasileiros. Afirmando suas identidades, vários povos têm tomado cada vez mais consciência de que podem lutar por seus direitos, suas terras, afirmação das suas identidades, manutenção de seus territórios e valores culturais (JESUS, 2011, p.4)

Não há, portanto, como ficar indiferente ao índio enquanto formador da cultura brasileira. Ator importantíssimo neste grande espetáculo de etnias que é o Brasil deve-se dar o

devido crédito à sua contribuição. O que o índio pede em troca? O que ele precisa: terra para sobreviver e educação para continuar a ser quem ele é. Nada mais justo para comunidades tão maltratadas, mesmo depois do fim das bandeiras¹⁰. Continuam sendo caçados, entretanto; uma guerra por terras onde sempre viveram e que são agora de outros senhores, grandes proprietários que os veem como ameaça à hegemonia de seu território, que os expulsam debaixo de balas. Poucos ligam para isso, afinal poucos sabem ou se importam que os índios precisam de terras para sobreviver, e que esta prerrogativa não se constitui apenas como necessidade física, mas ideológica, cultural. O índio sem terra não é visto como índio; a Associação Itacoatiara de Remanescentes dos Tabajaras que o diga.

Falar acerca da história do índio é preciso, pois

Se considerarmos que em países como Peru, Bolívia e México as populações indígenas são majoritárias, mas ainda assim, são profundamente desrespeitadas e tratadas como invisíveis, o que dizer do Brasil, aonde, apesar do crescimento demográfico que os povos indígenas vem apresentando, essa população é minoritária em relação aos não-índios? (JESUS, 2011, p.8)

O fato de que a população indígena no Brasil é pequena realmente deve ser levado em consideração, pois só reforça a ideia de que não se vê índio por aqui, ou que no Piauí não tem índio. Interpretações errôneas motivadas por ausência de reconhecimento historiográfico que, por sua vez, leva a deficiências no ensino indígena. É necessário retirar o índio do limbo da História do Brasil para colocá-lo no topo desta, reconhecendo-o e respeitando-o, dando-lhe a chance de ter a própria identidade, cultura e sociedade, sem que tenha de dizer todos os dias “eu existo, eu estou aqui”.

Este é hoje o desafio do historiador brasileiro, e fato é que devemos melhorar muito ainda nosso trabalho em relação a essas comunidades, mas já demos grandes passos em direção a uma história mais abrangente. A lei 11.645/08 (ver anexo) é apenas um desses muitos passos que vieram e ainda estão por vir.

1.2 A questão indígena no Piauí: um debate historiográfico

O processo de ocupação no Brasil é marcado por diversos conflitos. No estado do Piauí antes da chegada dos invasores havia aproximadamente 369 mil¹¹ nativos¹² que tiveram

¹⁰ Expedições com intuito de explorar o interior, ocasionalmente matando ou prendendo índios.

¹¹ Fonte: Wilson Correa, em *Da Liberdade ao Extermínio*, in Sousa e Dias. *História dos Índios no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2010. P. 451.

suas terras despovoadas para serem novamente povoadas, uma imprecisão explicada pela retirada dos índios para ocupação dos brancos. “O Piauí já era povoado antes da chegada dos supostos ‘colonizadores’”. Contudo, o que os colonizadores chamavam de povoamento pode ser entendido como despovoamento das populações nativas, uma vez que o processo de ocupação das terras piauienses teve como foco a destruição dos povos indígenas¹³ “população que já ocupava o solo piauiense antes dos bandeirantes /desbravadores chegarem”. (DIAS, 2010).

Aqui pode-se notar o quão prejudicial um discurso impreciso pode se tornar para os povos, como os indígenas. Ora, o índio vive da terra e para a terra. Retirá-lo do seu lugar de pertencimento configura-se em uma violação tremenda dos seus direitos, além de ser uma forma de violência – infelizmente – comum. O ensino focado nos desbravadores que os expulsaram não faz justiça à sua perda, mas pode fazer exatamente o contrário, ao exaltar os colonizadores.

Na abordagem da professora Claudete Maria Miranda Dias¹⁴, a historiografia tradicional mostra o Piauí como “terra de ninguém” ou seja, um espaço que foi descoberto, desbravado e conquistado pelos colonizadores, uma versão que privilegia a visão do colonizador europeu. De acordo com a autora, deve-se considerar a visão do nativo, pois com base em dados da história anterior à invasão europeia, o que conhecemos hoje como Piauí não precisava ser “descoberto”, pois já existia e era povoado. Tal conceito tem por significado eliminar os povos indígenas ou retirar sua humanidade, exaltando a epopeia colonizadora.

Sendo assim, podemos constatar que desde o período histórico do Piauí colonial a perseguição aos nativos foi ofensiva. Ainda quando o estado estava sob responsabilidade

¹² É dificultoso quantificar a população nativa que habitava estas terras, conhecidas nessa época como “sertões de dentro”. Praticamente não existem estatísticas e as que se encontram, são precárias e contraditórias. Para Pe.Joaquim Chaves, é difícil, e quase impossível situar com precisão rigorosa o (índio). Tem-se apenas uma ideia aproximada através da historiografia que relaciona as “tribos” e nações sediadas no baixo, médio e delta do Rio Parnaíba. Os dados sobre a localização geográfica de cada nação ou tribo são da mesma forma contraditórios, confusos e imprecisos, devido ao caráter nômade e da imigração constante em busca de terras férteis e alimentos, como também pela guerra contínua, durante a colonização que os obrigava a se locomoverem de um lugar para outro. (DIAS, 2010, p. 19, 21)

¹³ as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. Nações Unidas, 1986.

¹⁴ Historiadora, pesquisadora, professora e ambientalista, com Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí; Especialização e Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense; Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado sanduíche em História Social comparada pela Escola de altos estudos em ciências sociais de Paris; Pós – doutorado em História Cultural pela Universidade Federal Fluminense.

política do Maranhão em 1702¹⁵, período que em nome da cultura do boi os indígenas foram obrigados - os que sobreviveram - a migrar para diversos lugares. Durante a guerra de conquista por terras, os fazendeiros ambiciosos por mais territórios, solicitaram do Maranhão apoio para enfrentar os gentios “bravos”. O apoio veio em forma de armas e pólvoras. Os alvos foram indistintos, incluindo as crianças e as mulheres, como afirma João Renôr Carvalho:

Os criadores de gado do sul do Piauí esclarecem ainda que “ajutório que pediam pólvora, chumbo e armas” destinava-se a fazer “guerra defensiva”, uma vez que a ofensiva que contemplava o direito de matar e prender de forma generalizada e sem distinção, guerreiros, velhos, mulheres e crianças, só podiam ser praticada com suprema autorização régia. (CARVALHO, 2005.p.61)

Aqui temos o termo “guerra defensiva”, que denota um caráter combativo dos povos nativos, mas devemos relembrar que a verdadeira guerra defensiva era travada pelos índios, e o que os fazendeiros faziam era uma tremenda guerra ofensiva. De forma complementar, Paulo Machado elenca que as nações indígenas piauienses foram exterminadas pelos fazendeiros exploradores, que tinham como objetivo tornar as terras indígenas em fazendas de bois e cavalos (2012, p.15). No Piauí tivemos Domingos Jorge Velho como um dos grandes “predadores” de nativos.

Foi nesse cenário que os indígenas que habitavam o estado do Piauí foram desaparecendo e aos poucos sendo silenciados. Vale ressaltar que esse emudecimento foi intencional, pois durante muito tempo a história oficial omitiu um discurso de total massacre e extinção e “Os raros ensaios escritos sobre certos aspectos da história do extermínio dos índios¹⁶ piauienses são superficiais e tem comprometimento ideológico”. (DIAS e SOUSA, 2011, p. 19-39); portanto a historiografia local ainda é incipiente com relação à temática indígena, mas aos poucos os estudos trazem à tona a realidade indígena, e esta mesma vem mudando a partir das diversas pesquisas feitas por vários historiadores.

Este é um ponto importante, pois se pensarmos o peso da totalidade do massacre indígena, vamos perceber que ainda temos uma dívida enorme com essas comunidades,

¹⁵ Embora o recorte temporal seja 2005 a 2015, é necessário que se faça recuos cronológicos para melhor entender as temporalidades do assunto.

¹⁶ INDIO: aquele que é originário de um grupo indígena e é por este reconhecido como membro. “A denominação provém de um equívoco de [Cristóvão] Colombo, que, ao tocar a ilha de Guarani, pensou ter chegado às Índias apesar de se ter desfeito de seu engano, o nome persistiu e foi preservado até hoje para designar os nativos do novo mundo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio(orgs). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

principalmente piauienses. Com a ascensão de trabalhos que mostrem como a realidade indígena é mal abordada e que corrigem vários erros interpretativos e omissões intencionais da nossa história escolar, chegamos cada vez mais próximos de uma história justa com a comunidade e a causa indígena, tão importantes para que possamos entender nossa própria identidade.

Assim, sabemos o quanto a história dos povos indígenas do Piauí, bem como no Brasil como um todo, foi durante muito tempo silenciada. A maioria dos trabalhos produzidos pelos historiadores ditos “oficiais¹⁷” a respeito da temática fala da extinção total dos nativos. Como afirma Wilson Correa, “o processo de extermínios dos nativos do Piauí ocorreu de forma rápida e violenta. Vários fatores contribuíram para isso, tais como: legalização de caça aos nativos (por meio da Casa da Torre¹⁸), aldeamentos e doenças. Com isso sete nações foram extintas” (2010, p. 454)

Felizmente a história dos nativos piauienses aparece na década de 1950 com Odilon¹⁹Nunes e Monsenhor Chaves²⁰, ambos importantíssimos, pois até então o índio na historiografia estava mais do que esquecido. Mas ao se observar a escrita destes historiadores, percebe-se que ambos eram positivistas, principalmente Odilon, pois que sua obra se resume em apenas falar dos conflitos entre os nativos e expressar a “verdade²¹”. Como historiadores, sabemos que a verdade é inalcançável, mas mesmo assim buscamos chegar o mais próximos possível dela, pois só assim fazemos jus a todos aqueles que da história participaram.

¹⁷ O lugar e o momento de onde estão falando justifica sua escrita, pois seus interesses eram voltados geralmente para a história da elite.

¹⁸ A Casa da Torre, era, digamos assim, uma “associação” de fazendeiros baianos que se lançavam no sertão em busca de concessões de terras para implantação de uma indústria pecuarista. Dessa forma, torna-se importante a presença inicial da Casa da Torre no território que hoje compreende o Piauí, devido à presença aqui de vários dos seus representantes; estes ao se fixarem às margens dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana, irão entrar em coque com os nativos que ali viviam, dando início ao processo de extermínio do nativo piauiense. (CORREA, Wilson. Da liberdade ao extermínio. In História dos índios do Piauí, DIAS e SOUSA, Teresina, 2010)

¹⁹ Odilon nasceu em Amarante, 1899, num momento em que o município começava ganhar expressão como um dos mais importantes do Piauí. Filho de comerciante e fazendeiro, sempre estimulou o filho a estudar. Odilon não tem formação superior, o que é frequente em as época, porém, já inicia sua vida pratica como professor de primeiras letras, função que desempenha em diferentes estados do Brasil e no Piauí. Essa inserção no mundo da educação é que vai permitir a percepção da ausência de compêndios escolares no que diz respeito à história do Piauí para o ensino primário. Essa é a motivação para feitura de seu primeiro livro *O Piauí na história*, em 1931, cuja função era a de servir de subsidio pedagógico para os alunos do ensino primário piauiense. Odilon teve muito influencia acadêmica de Raimundo Nonato Monteiro Santana. Então a principal contribuição de Odilon foram *As pesquisas para a história do Piauí*. (QUEIROZ, 2007).

²⁰ Joaquim Raimundo Ferreira Chaves- Monsenhor Chaves, sacerdote, professor e historiador. Licenciado em filosofia, nasceu em Campo Maior em 1947, faleceu em 2007. Foi um dos mais importantes historiadores do Piauí, teve como referencia acadêmica Odilon Nunes, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense e tem como autoria vários livros, entre eles *O índio no solo piauiense*.

²¹ Para os positivistas existia uma verdade, e o historiadores tinham como objetivo busca-la.

Odilon Nunes e Monsenhor Chaves são autores de suma importância para a historiografia piauiense. Ambos escreveram sobre temas inovadores na historiografia piauiense - e na realidade foi com esses autores que se começou a historiografia do Piauí. No que concerne à temática indígena, Monsenhor foi um dos primeiros em falar em índios no Piauí em sua obra “O índio no solo piauiense”, tema de sua monografia. Esta obra tem como objetivo desencadear um processo de revisão da história do extermínio dos índios piauienses. Já a coleção as “Pesquisas de história do Piauí” de Odilon é uma das suas obras mais lidas. O autor escreveu sobre temas coloniais e novecentistas, portanto é um dos mais pesquisados pela sua enorme contribuição a história do Piauí. Teresinha Queiroz elenca

No que diz respeito à amizade e à colaboração entre Odilon e Monsenhor é interessante recuperar o contexto das primeiras produções dos dois autores[...]. Odilon Nunes, companheiro do Centro de Estudos Piauiense e do Movimento de Renovação Cultural, é incentivador de Monsenhor Chaves nas pesquisas no Arquivo Público. (QUEIROZ,2006.p.34)

As distinções entre ambos era no que confere ao uso das fontes; Odilon era mais documental, se utilizava bastante de fonte primárias. Sua escrita no que se refere ao trato com as fontes é muito positivista, ou seja, utilizava os documentos oficiais reproduzindo-os. Enquanto que Monsenhor Chaves, entretanto, não utilizava apenas os documentos de arquivos; utilizou também de fontes secundárias, como exemplo jornais. Contudo, isso não tira o mérito e a importância de cada autor para historiografia piauiense. Nas palavras de Odilon Nunes “já o dissemos, a história é ciência, e seu material de exame é o documento [...]” (NUNES,1972 a p.14)

Vale ressaltar que não apenas estes autores fazem parte da historiografia local. Podemos citar Claudete Dias, Paulo Machado e Joína Freitas Borges, que trabalham a história piauiense com caráter mais crítico, uma revisão histórica.

Do ponto de vista da historiografia local, a historiadora Claudete Dias, no livro “História dos Índios do Piauí”, trata como lugar da memória histórica das diversas etnias que habitavam o território que hoje conhecemos como estado do Piauí. Ela afirma que o nativo é tratado como inexistente, esquecido e silenciado, e esse sujeito histórico nos próprios livros didáticos é tido como desaparecido, pois a história oficial não os coloca como sendo pertencentes à História do Piauí. As historiadoras Claudete Dias e Patrícia Sousa elencam isso:

Durante muito tempo ignorou-se a existência de índios em terras onde é hoje o Estado do Piauí, sobretudo porque essa população foi praticamente extinta

na época da colonização, iniciada em meados do século XVII, por bandeirantes paulistas e baianos. Apenas há algumas décadas começaram a aparecer estudos e pesquisas de alguns raros pesquisadores, e assim mesmo muito pouco difundidos, sendo conhecidos apenas por uma pequena parcela de estudantes, professores, pesquisadores e intelectuais interessados na História do Piauí. (DIAS e SOUSA, 2011, p. 19)

Paulo Machado elucidada de forma complementar a ideia da autora citada acima:

O extermínio dos índios piauienses por brancos sequiosos de poder é um fato arditamente esquecido pelos intelectuais do Piauí. Esse esquecimento intencional está patente na historiografia que registra o processo civilizatório motivado pela cobiça dos brancos nos sertões do Piauí. (MACHADO, 2011 p.39)

Como já dito, o ato de ignorar a existência dos índios nas terras piauienses deve-se muito à cobiça dos brancos, que levou tais comunidades quase ao extermínio. Contudo, não desapareceram totalmente. Tal situação denota como a chamada intelectualidade pode ser corrompida em favor de interesses vários, culminando no triste fim da negação da história do outro, da sua identidade – pois, se você diz que não existem índios no Piauí, você nega àqueles que se veem como índios a sua própria história, os próprios antepassados e sua cultura ancestral que o compõem, ou seja, violenta-o – e neste processo prejudica não só a própria história, como a educação de outros. Dizer a uma criança que não existem índios no Piauí quando isso não é verdade, apenas formará um conceito errôneo e muitas vezes com demorada reversão, ou seja, o aluno tomará como verdade até que se prove o contrário.

Faz-se necessário nesse contexto a efetiva aplicação de Ações Afirmativas²² focadas no combate à discriminação e na efetiva inserção da história indígena piauiense no contexto escolar, de modo que possa-se efetivar a presença física e histórica das tribos indígenas piauienses em seu local de morada. A Lei 11.645/08 é um bom exemplo de ação afirmativa, visto que regulamenta o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino, tendo por intuito o reconhecimento, preservação e valorização da trajetória histórica desses povos. Um desafio, sem dúvida, visto que tais representações históricas, mesmo no livro didático, são extremamente romantizadas, e contextualizá-las de modo a fazer perceber o real sentido dos acontecimentos – como desnudar a ideia de que o indígena era um preguiçoso porque não queria trabalhar, ou porque era de uma “cultura inferior” e colocar em

²² Ação afirmativa aqui se refere à expressão utilizada primeiramente por J. F. Kennedy, ex-presidente dos Estados Unidos, onde ele as coloca como políticas públicas e/ou privadas, que visam combater, em caráter compulsório, as diferentes discriminações por raça, cor, gênero, etc.

seu lugar a prerrogativa do combate à exploração do dominador – são difíceis de se estabelecer sem o devido acesso às fontes corretas e fundamentadas, principalmente no Piauí; vimos que aqui a história contada dos indígenas ainda engatinha, com trabalhos tímidos arriscando-se a uma efetiva pesquisa que complemente - ou melhor ainda, substitua – os preceitos anacrônicos preceitos estabelecidos pelo sistema de ensino, e que venha a melhorar consideravelmente a representação indígena em nossas terras. A luta dos índios não é só pela terra, mas também pela educação. Esperamos que este trabalho contribua significativamente para essa mudança de panorama, e que pretende mostrar as articulações dos povos indígenas do Piauí para que haja esta mudança. Assunto este que iremos abordar no próximo capítulo.

CAPITULO II

MOVIMENTO INDÍGENA: UM DESAFIO PELO DIREITO À DIVERSIDADE E IDENTIDADE CULTURAL E ÉTNICA DO ÍNDIO PIAUIENSE NA CONTEMPORANEIDADE

“Não é a marcha inelutável e impessoal da história que mata os índios: são ações e omissões muito tangíveis, movidas por interesses concretos”.
Manuela Carneiro da Cunha

2.1 Cotidiano dos Tabajaras de Piripiri: entre lembranças e esquecimentos

Os remanescentes de Piripiri são descendentes dos índios Tabajaras da região da Serra da Ibiabapa, que fica na fronteira entre o Piauí e o Ceará, que migraram para o lado do Piauí e têm uma comunidade que tenta ser reconhecida e se organizar. Tratam-se dos Tabajaras que atualmente vivem no município de Piripiri, a 160 km de Teresina. Em 2005, foi fundada a Associação Itacoatiara e a principal questão destes grupos é a educação.

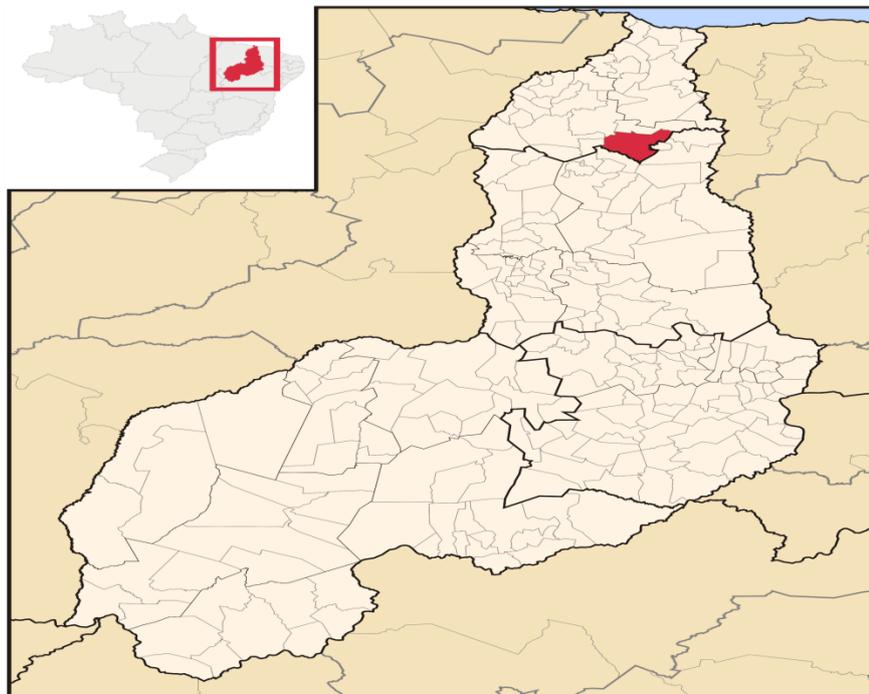


Figura1: Localização geográfica da cidade de Piripiri, 2016. Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/90/Piaui_Municip_Piripiri.svg/2000px-Piaui_Municip_Piripiri.svg.png

Embora por alguns anos os nativos tenham sido esquecidos e considerados um povo sem história, de acordo HOBBSAWM (1988, p.186) “não existe povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela”. Diante disto há uma luta acerca do reconhecimento²³ ancestral por parte dos remanescentes indígenas que habitam o estado e são remanescentes dos tabajaras que por muito tempo viveram na Serra da Ibiapaba, e chegaram ao Piauí pelo litoral; “os primeiros tabajaras, moradores da Ibiapaba, eram descendentes dos que vieram do São Francisco acima, atravessaram os sertões[...] alcançaram o Piauí[...] pelo litoral” (NUNES, 2007 p.61). Ao entrevistarmos o cacique José Guilherme da Associação Itacoatiara ele nos narra os principais problemas dos remanescentes, sendo um destes a luta pela terra, pelo reconhecimento de sua história e a educação escolar.

O cacique José Guilherme (ver anexo) nos empresta sua voz e narra sobre a Associação Itacoatiara:

A nossa luta [...] vou dizer como é, nossacomo se diz? Necessidade que nós tamo dentro do Piauí, nós tamo num cum sete ano de luta, dentro desse sete ano de luta já ramo passar para oito anos em setembro,[...] e aí nada feito por causa que aí entra prefeitos e prefeitos, é senador é governador, aí é só promete no tempo das políticas, prometimento é demais, mais aí nunca chegou ao poder o que nós precisa, o índio sem terra não pode funcionar , que o índio é da mata , o índio tem que ir pa mata [...] aí a gente espera, aí eu acho que um cacique como eu já dento de 62 de como se diz? Aí eu tô já quase cansando , por cado que aí trabalhei muito pra criar meus índios da minha família [...] fui para o encontro com em Recife com os índios de todo Brasil [...] mandaram eu furar minha orea (orelha) pra eu ir representar como cacique, aí na nessa... chegada lá a gente foi me cadastraram como cacique da associação Itacoatiara de Piripiri lá foi registrado 301 cacique, este 1º é o primeiro do Piauí, se chama o cacique José Guilherme da Silva é por cado dessa taboca (ele mostra a taboca) que fui e botei na orea, foi que sair registrado, aí com esse reconhecimento no mei de vocês branco, muito reconhecimento, muito moral dentro de minha terra graças a Deus tem ,meno moral nós chegamos em cima de mim, mais a terra num chega, parece que vou morrer e não chega essa terra pra os índios.(GUILHERME, 2013)

É perceptível na fala do cacique o discurso da luta indígena nos dias atuais. O índio quer a terra porque precisa da terra, e pelo que já observamos até aqui, deles é a terra de todo

²³ Para Melatti, o auto reconhecimento perpassa as condições externas de aceitação pelos demais grupos e afirma que um grupo de indivíduos pode ser considerado indígena ou não, seja qual for sua composição racial, estejam em que estado estiverem suas tradições pré-colombianas, é o fato deles próprios se considerarem índios ou não, e de serem ou não, considerados pela população que os cerca (MELATTI. 1993 p. 26).

direito, visto que foram expulsos, subjugados ou mortos pela ganância de homens ditos “civilizados”, discurso até hoje abordado na educação básica, salvo exceções. Diante das narrativas do cacique podemos perceber a emergência de se travar debates sobre a história dos remanescentes indígenas do Piauí, posto que na história oficial não há nenhum interesse em tratar e rememorar essa história indígena. O que vale lembrar são os grandes feitos e heróis eurocentricamente romantizados.

A historiadora Claudete Dias, fala em sua obra clássica sobre a história dos remanescentes indígenas do Piauí salienta que “a história indígena está sob escombros da memória” (2010, p.19) isso porque o índio piauiense por muito tempo não aparecia na história. Esse apagão histórico finalmente vem sendo combatido com produções acadêmicas ainda tímidas, mas importantíssimas à disseminação e continuidade destes povos, para que não caiam no esquecimento.

Os remanescentes indígenas dos Tabajaras que habitam a cidade de Piri-piri sobrevivem em sua grande maioria de trabalhos artesanais, outros de serviços públicos. Suas lutas principais consistem no seu devido reconhecimento étnico, a luta pela demarcação de terras e pela educação escolar indígena. Vale ressaltar que nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal não se encontram terras demarcadas para grupos indígenas (IBGE, 2010). Além de lutarem por terras e reconhecimento étnico ainda sofrem com o preconceito da população, assim como os demais povos indígenas. É uma mentalidade obviamente problemática, estereotipada, que vem desde a escola; é a representação do índio “papa-capim²⁴”, onde o povo ainda é tratado como distanciado da “civilização”, parado no tempo por séculos, e de repente aparece do nada com as mesmas características de 500 anos atrás: falando a língua original, sem roupas, com arco e flecha nas mãos. Não se percebe no imaginário da população a noção de que os povos indígenas, ao mesclar-se com outras no contexto brasileiro, também modificam-se, assimilando características destas, mudando a sua própria.

Portanto, os indígenas são muito mais do que aparência; são sim parte de um todo complexo de mesclas que precisam ser entendidas, por uma questão de cultura. Os que não são enquadrados assim – nas características “papa-capim”, com pouca roupa, linguagem diferente - para a população não são índios, pois vivem na cidade, até usam celulares. Muitas pessoas não compreendem – mas é preciso que se faça compreender - que foram 516 anos de

²⁴ Papa-capim é um personagem indígena criado por Maurício de Sousa para a Turma da Mônica, revista infantil brasileira de histórias em quadrinhos. Ele é representado com pele escura, cabelo liso e vestindo apenas um tapa-sexo, típica representação da figura do índio.

dominação, de exploração, onde os povos indígenas tiveram contato com as mais diversas culturas. Seríamos inocentes se pensássemos que a cultura do índio permaneceria estática, parada no tempo, e em nada seria influenciada pelas ações de outros povos e etnias. Isso se não levássemos em consideração que este esquecimento foi intencional.

Sobre isso, trazemos as palavras de Baniwa:

A partir do contato, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo sobremaneira as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional. (BANIWA, 2006 p.18)

Aqui ele nos traz a informação de que deram-se realmente mudanças tanto na sociedade quanto na cultura indígenas, operadas principalmente pelas interações sociais que foram proporcionadas pela influência mútua de povos e etnias, o que desestabilizou as bases sobre as quais sustentavam-se a vida e os mitos indígenas, bem como a convivência e a sociedade tradicional dessas comunidades.

Os povos indígenas, tanto piauienses quanto outros no território brasileiro, constituem-se em torno da preservação de seus costumes, apesar da clara influência que acabamos de citar. Eles são resistentes e de fato até sobreviventes da colonização europeia. Da mesma forma que foram influenciados pela a cultura do outro, eles também o influenciaram, como afirma de forma complementar a remanescente tabajara de Piripiri Vanusa Kátia:

[...] É o índio que está trazendo e influenciando a civilização, trazendo conscientização da associação piripiense de muitos traços. Quem não come cuscuz, tapioca, um beiju, também é influência indígena na sociedade, as pessoas nem percebem que são influenciadas pelos os indígenas, então a gente se deixa influenciar, qual é o índio que não tem seu celular? É difícil a pessoa não ter um celular porque hoje é necessidade para se comunicar.[...] (VANUSA, 2013)

Esta declaração retrata o que pensa o índio piauiense na sociedade em que se encontra. A tecnologia atual torna-se necessária tanto para sanar problemas e agilizar processos quanto para ser um instrumento de inserção do sujeito no mundo moderno, mas sem desconsiderar que o índio também deu suas (grandes) contribuições para a formação de uma cultura brasileira. O sujeito indígena faz parte do processo de formação do povo brasileiro - e piauiense - com seus costumes, culinária e até religião.

Diante de tantas dificuldades é dessa forma que vive o índio em solo piauiense. Uma das maiores dificuldades encontradas pelos remanescentes, como já abordado, é a falta de terras demarcadas, pois os que sobrevivem da agricultura de subsistência precisam arrendar terras dos proprietários vizinhos. A terra é importante para esses povos porque representa a identidade do índio, como elenca Francisco Dias, da Associação Itacoatiara de Piripiri:

Aquela história que índio sem terra não é índio. Assim a terra se torna a identidade do índio. Então para nós aqui, se você mora na cidade de que forma você vai, ah eu sou índio, para a sociedade o índio é aquele que vive afastado da civilização. Até a civilização está incluída no roteiro indígena não pode mais fazer nada. Mas o índio sem a terra é considerado como não índio pela a sociedade, por isso que nossa maior dificuldade é terra. (FRANCISCO DIAS, 2013)

A associação luta pela demarcação de terras pelo simples motivo: o índio sem terra não é visto como índio. Novamente errônea a interpretação da população baseada no imaginário difundido do “índio selvagem” ou “papa-capim”. Segundo RAMOS (1986), a terra para os indígenas é muito mais do que um meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está ligada ao sistema de crenças e conhecimento, é um recurso sociocultural. Portanto, nesse sentido a terra para os remanescentes indígenas da Associação Itacoatiara é algo muito importante, seja para dar continuidade aos seus projetos de vida, seja para que possam ser reconhecidos como índios “de verdade”. Desde 2005, ano em que foi fundada a Associação Itacoatiara, em Piripiri, tem-se a luta pelas questões dos Tabajaras. A principal questão é a terra, tão importante quanto a educação. São centenas de pessoas que, para sobreviver e manter um mínimo de conforto recorrem à atividade econômica do artesanato em madeira e fibra. O objetivo maior da associação é juntar essas pessoas que se reconhecem como índios em uma causa única, para que juntos possam ter mais força e avançar rumo às conquistas almejadas.

Quanto à temática indígena nas escolas, prevista inclusive na Lei N° 11.645/2008, tornando obrigatória a questão indígena, pode-se dizer que é quase uma total nulidade. Os livros didáticos ou possuem um hiato explicativo da situação indígena no território do Piauí ou narram o total desaparecimento/esquecimento do índio através da explicação de um extermínio completo e/ou mestiçagem. Através dos dados do IBGE²⁵ de 2010, sabemos que o universo indígena no Brasil mudou e muito, principalmente no Piauí, que até o último censo de 2010 era considerado um estado sem presença indígena. A ideia que se tinha é todos foram

²⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

dizimados durante a ocupação do território, ou dispersos para outros estados. Sabemos hoje a tal dessa afirmação é inverídica.

Portanto, uma das lutas dos remanescentes é pela educação, entendendo que é por meio desta que – principalmente - será possível dar continuidade a história e cultura dos remanescentes. Como afirma Romeu Tavares, funcionário da FUNAI²⁶:

Temos o projeto da escola e tem o projeto da educação indígena. O projeto da escola não sei como está, até onde eu vi está parado, foi engavetado e não sabemos se o recurso ainda está disponível se já foi recolhido. Afinal nem vi o projeto, não chegou até mim. Agora o projeto da educação indígena, isso tem sido conversado em vários espaços, é algo que está sendo discutido, está em movimento. (TAVARES,2016)

Podemos perceber, de acordo com a fala do colaborador, que há uma organização com relação ao projeto de educação indígena na cidade de Piriipiri. Ali, pelas lutas da associação, pode-se reparar essa pouca mudança nos projetos educacionais, mas o desafio real é trazer estes projetos para todo o contexto piauiense, visto que desconhece-se ainda a presença desses índios em Piriipiri por várias cidades do estado.

A Associação começou como um sonho para o jovem estudante de história Helder. Ele sempre ouvia a história de ancestralidade do cacique e de outras pessoas contadas na cidade; anos depois, reuniu todas as pessoas que se autodeclaravam de descendência indígena, sendo então criada a Associação Itacoatiara. O grupo logo se organizou e pediu ao governo do estado um posto da FUNAI²⁷ para auxiliar nas suas reivindicações, pedido que foi atendido. Com isso foi instalado o órgão indigenista de Piriipiri em 2010.

A comunidade indígena Tabajara de Piriipiri fica localizada a 160 quilômetro da capital Teresina. O grupo indígena luta pelo seu reconhecimento desde 2005 através da criação da associação Itacoatiara, mas somente em 2010 que conseguiram oficialmente o reconhecimento pelo Governo Federal e também pela FUNAI. Atualmente muitos do grupo vivem de trabalhos realizados na cidade e/ou nas terras arrendadas.

Na época da criação da Associação eram em torno de 140 remanescentes, mas hoje já há algo de mais de 320²⁸. Alguns sobrevivem do artesanato em madeira e fibra, outros desenvolvem atividades como pintores ou pedreiros. A Associação tem por finalidade a

²⁶ Fundação Nacional do Índio

²⁷ A Funai tem como objetivo coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista do Estado brasileiro, instituindo mecanismos efetivos de controle social e de gestão participativa, visando à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Carta de Serviços ao Cidadão Fundação Nacional do Índio, Brasília, 2013

²⁸Fonte: entrevista com a remanescente indígena Vanusa, 2016

reivindicação dos direitos indígenas estabelecidos na Constituição Federal do Brasil e na Convenção 169²⁹, da Organização Internacional do Trabalho, lei da qual defende o trabalho, saúde, educação e terras Indígenas.

Esses grupos lutam pela legalização de suas terras e melhores condições para a manutenção de sua cultura. Em Piripiri localizado a 160 km da capital Teresina, está situada a “Associação Itacoatiara de Piripiri-PI” chefiada pelo Cacique Zé Guilherme que se auto reconhece da etnia Tabajara, que habitava a Serra da Ibiapaba. O líder da associação juntamente a cerca de 52 famílias, formam a Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piripiri-PI. “O branco tomaram a nossa terra” fala seu, Zé Guilherme, afirmando o seu desejo de trabalho, que já duram vinte anos sem assistência política. “A gente está se resgatando... estamos doidos pra trabalhar”, afirma o líder da associação. (BORGES,2013,s/d grifo nosso)

Como narra Borges (2013), os índios partilham a noção de que foram-lhes tomadas a terra e com ela parte de sua identidade. Atualmente a comunidade é composta por cerca de 52 famílias remanescentes, de acordo com o cacique José Guilherme. Ele assinala: “Nós vivemos espalhados pelo subúrbio da cidade, não temos terras, emprego e a maioria dos descendentes da nossa etnia, os Tabajaras, vivem em situação de pobreza”. As moradias dos remanescentes são diversificadas, algumas de conjuntos do Minha Casa Minha Vida³⁰, outras de taipa e algumas de alvenaria.

Desta forma, os remanescentes de Piripiri são índios não aldeados, são índios urbanos. Vivem em casas do programa do governo, não em aldeias ou terras próprias, sequer em florestas. Sua língua foi totalmente perdida, assim como a religiosidade; cada um tem liberdade para seguir qualquer religião, o que ainda continua é a tradição do artesanato. No que concerne a saúde, os remanescentes são remanejados para o CASAI³¹ em Teresina, porque em Piripiri não tem acesso atendimento especializado. Já a educação escolar indígena é totalmente de responsabilidade do estado e município, embora haja reivindicação para que

²⁹ Convenção que regulamenta aspectos culturais dos povos indígenas

ARTIGO 13

Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

ARTIGO 26

Medidas deverão ser tomadas para garantir que os membros dos povos interessados tenham a oportunidade de adquirir uma educação em todos os níveis pelo menos em condições de igualdade com a comunidade nacional.

Artigo 27

Além disso, os governos reconhecerão o direito desses povos de criar suas próprias instituições e sistemas de educação, desde que satisfaçam normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em regime de consulta com esses povos. Recursos adequados deverão ser disponibilizados para esse fim.

³⁰ Programa habitacional do Governo Federal

³¹ Casa de Saúde do Índio

haja uma educação diferenciada. Em resumo, sua situação beira o descaso. Quase nada do que caracteriza o índio imaginário está presente nessa comunidade, mas mesmo assim eles buscam reconhecimento da sociedade por quem são e por sua história.

2,2 Direito à cidadania: História de luta e resistência

A partir da década de 1980 começaram a evidenciar-se vários estudos e políticas públicas acerca dos grupos indígenas que habitavam e habitam o Brasil. Mas isso só foi possível por conta das mobilizações indígenas que continuamente exigiram seus direitos. Muito da ideia de total desaparecimento dos nativos começou a ser questionada, pois agora havia várias etnias lutando por um reconhecimento étnico e ancestral. Como elenca Manuela da Cunha: “A primeira observação é que, desde os anos 1980, a previsão do desaparecimento dos povos indígenas cedeu lugar à constatação de uma retomada demográfica geral. Ou seja, os índios estão no Brasil para ficar”. (CUNHA, 1994, p123)

Tudo o que vinha sendo negado no hiato indígena do Brasil começa a ser retomado, fazendo-se perceber através de reivindicações cada vez mais pungentes. O índio toma posse de si e de sua história, e começa a lutar por ela, para que não desapareça, para que seja reconhecida e recontada. Com isso percebemos que identidades foram afirmadas. Temos os remanescentes indígenas dos Tabajaras que reivindicam sua ancestralidade pelo seu conhecimento étnico. O cacique José Guilherme narra como aconteceu o processo:

Nós mudemos para Piripiri aí eu cum 23 anos de idade, aí quando eu descí já foi cum uma índia do lado, né? (risos). E aí fiz meu próprio grupo de índio aí estamos resgatando nossos índios dento do Piripiri, aí daí por diante. Aí o velho tá ficando velho [...], vou contar minha historia, o meu pai vivia dento da Serra da Ibiapaba com minha mãe, minha avó, bisavó e tataravó; todos aí tinham a descendência que era dos tabajaras, nossa etnia.(JOSÉ GUILHERME, 2013)

A busca de outros indivíduos da mesma origem étnica dá margem à formação do reconhecimento próprio dos remanescentes, além de contribuir e muito para que mantenha-se viva a memória destas comunidades. A luta é a base do reconhecimento dessa memória; é através dela que os indivíduos poderão reafirmar-se, reivindicando aquilo que por muitos anos não foi tratado como verdade nas terras piauienses: aqui tem índio. Através das lutas de vários povos indígenas, resultados foram obtidos. Uma conquista muito importante ocorreu no âmbito educacional com a criação da Lei 11.645/08, que determinou que as instituições de

ensino público e privado têm, por obrigatoriedade, de inserir nos currículos escolares o estudo da história e cultura indígena. A despeito disso Edson Silva aponta que:

A Lei 11.645/2008, que determinou a inclusão do ensino de História e das Culturas indígenas nos currículos escolares, pretende possibilitar o respeito dos demais brasileiros em relação aos povos indígenas e o reconhecimento das sociodiversidades no país. (SILVA, 2012p.213)

A importância de uma lei que afeta o cotidiano escolar, tornando obrigatório o estudo de povos que por muitas vezes não obtiveram espaço em um sistema de ensino eurocêntrico, - voltado para conceitos positivistas e que narra uma história defasada sobre a trajetória de grupos-atores importantíssimos para a formação do Brasil – é extremamente importante, um dos passos que farão com que a história contada nas escolas torne-se mais justa. O desafio aqui é em grande parte a preparação dos educadores que ficarão encarregados de repassar esta história, e poderão encontrar dificuldade nesse ato, devido à escassez de experiência na área – pois o ensino superior, assim como o básico, também é bastante centrado nos atores europeus em detrimento dos povos da América e África – e os trabalhos acadêmicos (no Piauí), como já dito, ainda engatinham.

Portanto, nesse contexto apresentado, podemos constatar que essas identidades e sociodiversidades, com a chegada da lei, começam a ganhar espaço. Faz-se necessário desconstruir a ideia que a sociedade é homogênea. Existem vários rostos e etnias, ou seja, há diferenças que precisam ser levadas em consideração. Porque é preciso reconhecer que não há uma identidade nacional, e sim identidades. Como fala Edson Silva:

As ideias de uma identidade e uma cultura nacional escondem as diferenças de classes sociais, de gênero e étnicas, ao buscar uniformizá-las. Negam também os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos, negando ainda as violências sobre grupos, a exemplo dos povos indígenas e dos oriundos da África que foram submetidos a viverem em ambientes coloniais. (SILVA, 2012, p 219)

A identidade nacional descrita acima é reforçada pelo mito da “democracia racial” atribuída a Gilberto Freyre, embora não conste em nenhuma de suas obras mais importantes. Faz referência a uma igualdade de raças e gêneros no Brasil que não leva em consideração toda uma história carregada de preconceitos e lutas, como se no país não houvesse impedimentos de cor ou etnia – que é o que muitos estrangeiros de várias nacionalidades procuram encontrar no Brasil.

Embora consideremos como importantíssimo a aprovação de uma Lei que regulamentasse o estudo da História e cultura dos povos indígenas, sabemos que isso não é suficiente para que se faça reconhecê-los ou sequer respeitá-los. A premissa para tal compreensão é possível por meio da tolerância e conhecimento, e reconhecendo, por exemplo, as diversidades existentes em um mesmo território. Contudo, as ideias com relação às identidades plurais são importantes para compreender e respeitar os diversos grupos que formam a nossa sociedade.

A história e cultura dos povos indígenas na contemporaneidade é um assunto que nos leva a compreender, a partir das diversas etnias existentes, que ao invés de uma identidade, utilizamos *identidades*, levando em consideração que não há uma cultura nacional única.

Mas vejamos o que diz o índio Gersen Baniwa, no livro “O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje”, onde reflete sobre a identidade cultural dos povos indígenas:

Não existe uma identidade cultural única brasileira, mas diversas identidades que, embora não formem um conjunto monolítico e exclusivo, coexistem e convivem de forma harmoniosa, facultando e enriquecendo as várias maneiras possíveis de indianidade, brasilidade e humanidade. Ora, identidade implica a alteridade, assim como a alteridade pressupõe diversidade de identidades, pois é na interação com o outro não idêntico que a identidade se constitui. O reconhecimento das diferenças individuais e coletivas é condição de cidadania quando identidades diversas são reconhecidas como direitos civis e políticos, conseqüentemente absorvidos pelos sistemas políticos e jurídicos no âmbito do Estado Nacional. (BANIWA, 2006, p.49)

Não pode existir democracia étnica sem o devido reconhecimento das diferentes etnias existentes no âmbito nacional. A obviedade dessa sentença passa despercebida por quem crê que a história do Brasil é comum a todos. Reconhecer que existem realidades distintas, coletividades e grupos diversos, cada um com sua história e suas contribuições são elementos determinante para compreender a história da formação da cultura e do povo, a própria história. O universo indígena, por exemplo, é bastante diversificado em vários aspectos: com relação à cultura, história, identidades. Para o autor:

A sua diversidade, a história de cada um e o contexto em que vivem criam dificuldades para enquadrá-los em uma definição única. Eles mesmos, em geral, não aceitam as tentativas exteriores de retratá-los e defendem como um princípio fundamental o direito de se auto definirem. (BANIWA,2006.p47)

Defender-se de um enquadramento que considere errôneo é um reflexo de uma comunidade que se vê obrigada a afirmar a história que outros contam por ela. Não reconhecendo que seja mesmo sua, é natural que a repudie. Quando outro diz o que você deve ser, possivelmente você dirá de volta quem é.

Os povos indígenas são grupos étnicos diversificados, da mesma forma que quaisquer povos; como os africanos e asiáticos, por exemplo – outros povos importantes para a formação do Brasil - são diferentes entre si. Mas ao longo dos séculos que sucederam o sistema colonial, os grupos étnicos, por conta da repressão, muitas vezes escondiam e até mesmo negavam suas identidades, e assim forjavam suas vivências de acordo com as *experiências*³². No entanto, foi a partir da década de 1970 que começaram a surgir os movimentos de valorização dos povos indígenas, que começaram a reconstruir as experiências dos diversos grupos étnicos que estavam há muito tempo lutando, reivindicando suas etnicidades como também o reconhecimento de seus territórios. Portanto a terra ainda é uma questão singular para os índios que não a têm, assim como o debate sobre educação escolar indígena.

O cotidiano dos remanescentes urbanos que não possuem terras demarcadas é mais dramático, pois vivem em condições mínimas necessárias como afirma Francisco Dias:

Alguns sobrevivem de artesanato em madeira e fibra, outros desenvolvem atividades de pintor e pedreiros, e algumas famílias ainda sobrevivem de artesanato, mas devido à civilização, já existem outras profissões; temos professores dentro da nossa associação, e temos servidores públicos; então é assim, como a gente está ligado diretamente com a sociedade, então a gente deve infelizmente seguir o mesmo ritmo delas, se não a gente fica para trás né? Porque hoje em dia a gente não tem mais aquela mata, por exemplo, na minha cidade, não tem aquela mata que a gente possa caçar, não tem onde a gente possa pescar, então agente pra poder sobreviver, a gente que procura outro meio de sobrevivência (FRANCISCO DIAS, 2013)

As atividades desenvolvidas pelos índios em relação à terra são conhecidas. Eles necessitam da terra pois dela retiram seu sustento, com ela trabalham e dela vivem. A relação de mútuo respeito destes povos com a natureza é muito admirada e serve de modelo contrastante com a relação atual do mundo para com o planeta. De acordo com a narrativa do remanescente podemos perceber que a terra para eles também é de extrema importância.

³²Em *A miséria da Teoria*, através do conceito de “experiência” (E. P. Thompson, 1981) como indispensável contribuição para a utilização do método onde um grupo social, por suas próprias experiências e ações, forja sua trajetória histórica juntamente com as conjunturas sociais e culturais que transformam tal grupo.

De acordo com o Alvará de 1º de abril de 1680 os índios são “primários e naturais senhores” de suas terras (CUNHA,1994 p.127). Portanto a noção de terras para os nativos é bastante diferente da lógica capitalista, que tem terras para produzir riquezas e os nativos precisam de terras para manter suas culturas.

De forma complementar temos a narrativa da remanescente Joselane Dias:

[...] E nós sempre trabalhamos com artesanato, né, na nossa associação, nós trabalhamos com rede, outras equipes trabalham com flores, pinturas, e vários tipos de trabalhos que a gente faz aqui, mas o que nós queremos é o local só nosso para poder seguir nosso trabalho, ter como plantar, colher né, pescar, nós não temos mais como pescar, nós não temos mais rios, porque todo mundo sabe, tem os ricos né, é dono das terras que era para ser nossa, por direito por isso a gente vive aqui nessa luta. E os primeiros habitantes foram índios, então eu acho que se a pessoa tiver um pouco de entendimento, sabe que todos nós temos um pouco de índio, mais tem gente que não se declara, mas sabemos que temos um pouco de índio, porque nós somos brasileiros, né. (JOSELANE DIAS, 2013)

De acordo com esta e outras narrativas dos remanescentes dos tabajaras, percebe-se a falta de apoio dos órgãos públicos para com a causa da terra (além da educação também). Eles praticamente são assistidos pela FUNAI e portanto o universo indígena é bastante diversificado e dramático. “o índio sem terra não pode funcionar”³³. Além da questão da terra a remanescente toca na questão do cotidiano com ênfase no trabalho.

Por meio da diversidade compreendemos que a situação dos indígenas se constitui pelas suas experiências, pelas ações deste grupo social e pelas contingências impostas ao mesmo. Relembrando as reflexões de THOMPSON (1987) quando se explora todo o universo que cerca o grupo, temos a noção de que “nenhum grupo é impermeável, homogêneo, puro”. Portanto é impossível se comunidades isoladas, sem qualquer tipo de experiência.

Contudo, vale ressaltar que os indígenas da Associação Itacoatiara, de Piripiri, forjam as próprias conjunturas sociais e políticas através de projetos, lutas e reivindicações em prol dos seus direitos, ou seja, movimentos indígenas. Eles ainda dependem muito da FUNAI - organização governamental que tem por finalidade garantir sua cidadania – no entanto, a posse de terra e a educação para os remanescentes dos Tabajaras ainda é um sonho. Somente no ano de 2014 a Associação Itacoatiara conseguiu finalmente adquirir um lote de terra, através de compra, para que ali seja construída uma escola indígena. “Assim a FUNAI serve como uma identificação indígena em determinado local, então foi feito um posto da FUNAI

³³ Cacique José Guilherme, 2013.

aqui é porque tem índio, ela serve mais para isso para dar a identidade étnica dos índios” (FRANCISCO DIAS, 2013)

Portanto, apesar de várias reivindicações, diversos grupos tiveram e ainda têm muitos dos seus direitos negados pelo poder público. Um desses direitos é a educação, indispensável na formação da comunidade e construção de sua própria história. O outro é o direito às terras, mas a educação é a principal pauta que os remanescentes reivindicam atualmente.

Na maioria dos estados brasileiros as terras tradicionais estão sendo reivindicadas, mas somente em alguns casos estão sendo reapropriadas ou reocupadas pelos donos originais. Culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas. (BANIWA, 2006). De forma complementar temos Manuela da Cunha:

No fim da década 1970 multiplicam-se as organizações não governamentais de apoio aos índios, e no início da década de 1980, pela primeira vez, se organiza um movimento indígena de âmbito nacional. Essa mobilização explica as grandes novidades obtidas na Constituição de 1988, que abandona as metas e o jargão assimilacionista e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores. (CUNHA, 2012 p.22)

Uma mudança de panorama na sociedade brasileira possibilitou a ascensão da história indígena de uma maneira até então utópica. A visibilidade que estes povos conquistaram (não sem luta) tende a derrubar os conceitos universais da democracia étnica brasileira, expondo suas deficiências e elevando novos atores. Com a Constituição de 1988 isso vem a ser mais afirmado, como nos conta Araújo: “A Constituição de 1988 reconheceu aos povos indígenas direitos permanentes e coletivos de suas comunidades e organizações para a defesa dos seus próprios direitos e interesses” (ARAÚJO, 2006 p38). No entanto só isso não garante esse direito na prática.

Essa realidade pela falta de terras demarcadas é facilmente detectável nas deficientes políticas públicas em prol de distribuição de terras. Situação recorrente em grande parte dos Estados brasileiros, portanto o Piauí não é único que tenta evidenciar as identidades e reconstruir o território para os remanescentes. O estado do Amazonas possui um número maior de terras indígenas, mas para compreendermos isso temos que levar em consideração que durante o processo de ocupação do Brasil as investidas capitalistas não estavam direcionadas para lá.

No que concerne às terras, muitas vezes o Governo Federal não responde muitas das expectativas do grupo de remanescentes indígenas dos tabajaras. Destacamos que não apenas

os de Piriipiri estão inseridos nesse contexto. Todos os outros que estão na tabela abaixo, disponibilizada no site do IBGE, lutam também pelo seu reconhecimento ancestral. E para isto não medem esforços. Vejamos então os dados da população indígena piauiense de acordo com a tabela:

Municípios com maiores populações indígenas, por Grandes Regiões, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010		
Unidades da Federação	Municípios mais populosos	População Residente
Piauí		
	Teresina	1.333
	Floriano	230
	Queimada Nova	187
	Parnaíba	186
	Picos	102
	São Raimundo Nonato	77
	Bom Jesus	68
	São João do Piauí	44
	Oeiras	41
	Piriipiri	39
	Total	2305
Fonte: Censo 2010.		

Portanto, este cenário indígena contemporâneo é composto por uma enorme diversidade cultural. Partindo da premissa que a sociedade brasileira, embora timidamente, está reconhecendo o indígena como pertencente às matrizes étnicas que compõem o povo brasileiro - fato facilmente detectável na porcentagem do censo de 2010 que conferiu que cerca 0,4% das pessoas no Brasil autodeclararam ser descendentes/ remanescentes indígenas.

Não são apenas dados numéricos, pois estes são resultados de lutas e reconhecimento que os remanescentes reafirmam e reconstróem incansavelmente. Dentre as cidades citadas na tabela, apenas os de Piriipiri têm reconhecimento do governo, onde atualmente existe uma sede da FUNAI, mas ainda é preciso muitas reivindicações e ações para que sejam alcançadas as necessidades do grupo. Apesar da tabela mostrar apenas 39 índios na cidade de Piriipiri no ano de 2010, atualmente existem mais 320 pessoas cadastradas pela FUNAI, e esse número aumenta a cada ano. Portanto a realidade histórica sobre sociedades indígenas, seus costumes,

cultura e sua vida devem ser compreendidos, rememorados e ressignificados com os próprios indígenas através do contato e do compartilhamento de suas experiências de vida. Já que a nossa “história oficial” não lhes deu voz e nem espaço pelo reconhecimento de suas histórias, identidades e culturas, eles se façam escutar. Portanto é necessário pensar “percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós.” (CUNHA, 2012,p24). Diante dos ressignificados na contemporaneidade sobre os indígenas, temos a definição das Nações Unidas:

As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. (NAÇÕES UNIDAS, 1986)

Esta premissa de preservação dos costumes, da própria história e dos significados identitários é a força motriz que proporciona que o movimento indígena seja forte e sempre presente, pois a necessidade e a vontade de autopreservação leva os remanescentes a lutar por sua própria cultura, muitas vezes negando aquilo que lhes é imposto pela maioria da sociedade todos os dias. A adaptação aos costumes e cultura do outro por vezes é inevitável, mas eles não esquecem de quem são e do que querem.

Portanto, os remanescentes dos tabajaras através das “experiências transmissíveis de boca em boca”(BENJAMIN,1994, p 115), tentam se adaptar na sociedade contemporânea para que sua cultura não seja dizimada. Como evidencia Francisco Dias:

O apoio que é dado pelos órgãos do governo e até mesmo da sociedade é muito pouco. Os mais de 300 índios de Piripiri, quase não têm nenhuma assistência do governo. A sociedade ainda vê os povos indígenas de forma marginalizada e merecemos respeito. A população não valoriza a origem de sua cultura, somos sempre excluídos. (FRANCISCO DIAS, 2013)

As adversidades não param na necessidade de adaptação e combate ao preconceito, mas a luta é travada com a sociedade e com o governo. Os índios são tratados de forma descabida e precisam, de todas as formas possíveis, buscar legitimidade para a própria cultura, os próprios ancestrais, que o governo e a sociedade não reconhecem.

Diante das observações colocadas neste texto, podemos perceber que a história dos remanescentes indígenas dos tabajaras não pode ser esquecida e/ou silenciada. Pois a estrutura dominante quer que a mesma seja silenciada - consequentemente esquecida, e portanto os sujeitos históricos desse processo não medem esforços para que suas histórias não continuem “sob escombros da memória” como afirma Claudete Dias.

CAPITULO III

HISTÓRIA DE LUTA DOS REMANESCENTES INDÍGENAS DE PIRIPIRI-PI: A LEI 11.645/08 PROVENDO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só do nosso passado. A nossa história comum foi um rosário de iniquidades cometidas contra elas. Resta esperar que as relações que com elas se estabeleçam a partir de agora sejam mais justas e talvez o sexto centenário do descobrimento da América tenha algo a celebrar. Manuela Carneiro da Cunha³⁴

3.1 A Lei 11.645 de 10 de março de 2008: desafios e possibilidades

No ano de 2008, após várias reivindicações dos movimentos sociais brasileiros, é promulgada uma lei que estabelece a obrigatoriedade da história e cultura dos povos indígenas em todas as instituições escolares no ensino fundamental e médio em escolas públicas e privadas brasileiras. “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). Tal acontecimento marca uma ascensão dos movimentos afro-brasileiros e indígenas, uma conquista.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.(BRASIL, 2008)

A Lei 11.645 de março de 2008 teve como efeito a possibilidade de estudar, conhecer e compreender a temática indígena, e assim possibilita a superação de equívocos e estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas, dessa forma valorizando, respeitando e apoiando os povos indígenas nas reivindicações e a preservação das suas histórias. (SILVA, 2014). A modificação do currículo escolar da educação básica e a aplicação de diretrizes voltadas ao ensino indígena trazem consigo uma mudança significativa no envolvimento governamental quanto ao apoio e construção de ações afirmativas que contribuem para que a

³⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da . Introdução a uma história indígena. In História dos Índios no Brasil. _____ org. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P.9- 26

aplicação de uma história voltada às etnias de menor destaque na formação do “povo brasileiro”³⁵. Estas deixam finalmente de ser tratadas com breves passagens e olhares não obrigatórios para finalmente entrar no campo da obrigatoriedade de ensino. É o reconhecimento de sua importância, de sua luta.

O objetivo de tal obrigatoriedade visa a necessidade de melhor compreender a formação do povo brasileiro, segundo a própria lei:

Art. 26-A § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

Como consequência, logo depois da implementação da referida lei, os professores deviam compreender a necessidade de debater em sala de aula as contribuições, culturas e histórias dos povos indígenas e africanos. No entanto havia um desafio: um preparo para se trabalhar temática, inédita tanto para muitos professores como para a maioria dos alunos. No que concerne à falta de preparo dos professores Pedro Funari e Ana Pinón afirmam que “Muitas vezes os professores não tem informações suficientes ou bem balizadas sobre os índios, embora a cultura indígena faça parte do nosso cotidiano” (FUNARI, 2011, p.07) Um dos desafios dos professores é trabalhar o imaginário acerca do indígena, como nos apontam os autores:

A escola, ao longo da história do Brasil, tem cristalizado determinadas imagens sobre os índios que “fazem a cabeça” dos cidadãos presentes e futuros. Com isso, muitas vezes, acabam favorecendo a exclusão ou, pelo menos, o esmaecimento da presença indígena na sociedade e na cultura brasileiras [...]. Entretanto, se houver vontade política para tanto, é inegável o papel que a escola pode ter no sentido de atuar para uma maior compreensão do quanto o Brasil deve aos índios e como se enriquece, em termos culturais, com essa experiência. (FUNARI, PINÓN 2011, p.8)

Ou seja, se houver de fato uma política de ensino que valorize a desconstrução de antigos paradigmas e conceitos no imaginário popular acerca do índio, a escola torna-se um

³⁵RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e 1996.

instrumento poderosíssimo contra a exclusão dessas culturas, até podendo reverter o chamado esmaecimento da presença indígena na formação da sociedade brasileira.

Contudo, apesar da existência da lei, há várias dúvidas a respeito de como esse conhecimento acerca dos nativos devem ser trabalhados em sala de aula, pois existem algumas questões bastante peculiares a cada povo indígena. Fato é que estamos trabalhando com diversidades culturais e étnicas. Nas palavras de Giovani José da Silva:

As dificuldades de professores e demais profissionais da Educação Básica consistem, particularmente, em responder à questão de como caracterizar com clareza e correção as sociedades indígenas em seus aspectos comuns (comuns a todas, por serem os que distinguem de outras sociedades), ressaltando, entretanto, a singularidade de cada uma delas, sem reforçar estereótipos e preconceitos. Nesse caso, afirmam especialistas, é fundamental indicar a diversidade bastante significativa que há entre as sociedades indígenas localizadas no Brasil (e em outros lugares do mundo), em termos de adaptação ecológica a diferentes ambientes e, também, em termos sociais, políticos, econômicos, culturais e linguísticos. (SILVA, 2013, p.135)

Portanto, o objetivo dos professores é ensinar a história e culturas dos povos indígenas, focando nas diversidades étnicas e culturais existentes no Brasil. A intenção principal é informar corretamente as peculiaridades e riquezas presentes entre os povos indígenas (SILVA, 2013).

Visto que por um lado a lei abriu um leque de possibilidades para que se possa conhecer e respeitar a história e cultura dos povos indígenas, por outro temos vários desafios encontrados pelo professor de História no percurso dessa educação. Primeiramente porque a academia não preparou os profissionais para tal temática - os currículos acadêmicos mais antigos não focavam no ensino de tais culturas (de novo, focado no eurocentrismo) – senão era completamente esquecidas e silenciadas pela Academia. Um segundo ponto é também a falta de preparo para trabalhar com questões muito diversificadas, sem que seja levada em consideração uma problematização das questões ali apresentadas, repassando-as como simples verdades, em um ideal positivista - em sala de aula mostrar-se apenas a relação entre nativos e colonizadores, não fazendo problematizações necessárias acerca dos vários povos indígenas existentes no Brasil e no mundo -. O livro didático era exclusivamente responsável por falsas representações sobre os povos indígenas. (BITTENCOURT, 2013)

Os povos indígenas são apresentados na maioria dos livros didáticos apenas quando se estuda a história colonial brasileira, nas relações nativos/colonizadores e forma muito

romantizada. Nestas representações do livro didático os nativos eram quase sempre denominados de “selvagens, gentios”. Segundo Circe Bittencourt

O livro didático é hoje o principal instrumento utilizado em sala de aula, tanto pelos professores como por alunos. É nele que o conteúdo escolar encontra-se sistematizado e os conhecimentos e técnicas fundamentais para dada sociedade é transmitida para as novas gerações (BITTENCOURT, 1997, p.72).

Ou seja seguindo a reflexão da historiadora se o material didático continua sendo ainda o principal instrumento para a educação a escolar, podemos perceber como as representações dos povos indígenas continuam sendo estereotipadas, quando não simplesmente silenciadas.

Portanto, o livro didático ainda tem o poder de fazer aparecer e desaparecer os povos indígenas na educação escolar. Podemos mencionar que depois da criação da Lei 11.645 de março de 2008, houve um avanço significativo no livro escolar. Estes estão trazendo, ainda que, de forma simplificada, a história e cultura dos povos indígenas da atualidade. Um ganho não só para aqueles que lutaram por isso - pois é resultado de lutas e resistência que levaram a uma reivindicação atual dos movimentos indígenas que é a educação escolar indígena – mas para todo o Brasil, ao colocar em pauta os povos formadores de sua cultura e identidade nacionais.

3.1.1 A Imagem do índio da escola moderna

No início do século XX a escola e o ensino encontravam-se em um processo de expansão que abrangia as camadas populares. A questão indígena foi apropriada nos parâmetros curriculares, e em plena ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas instituiu o dia 19 de Abril como Dia do Índio, influenciado pelo Primeiro Congresso Indigenista Americano:

Em abril de 1940 reuniu-se em Patzcuaro, no México, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, tendo sido o dia 19 de abril sugerido por representantes indígenas como data comemorativa do índio para todo o continente americano. Essa data coincidia com festividades ligadas á primavera do Hemisfério Norte e sugeria, de alguma maneira, o renascimento da temática indígena em todo o continente. (FUNARI, 2011, p.95)

A escolha de uma data comemorativa como o Dia do Índio constituiu-se num passo importante para o reconhecimento à importância e à ancestralidade desses povos na América

como um todo. A partir daí, as representações do índio começaram a ser realocadas no contexto do país, de forma muito tímida, inicialmente: “Nos livros didáticos da Era Vargas (1930-1945) os índios apareciam, quando eram mencionados, em três contextos de aprendizagem: Português, Geografia e História(...)”(FUNARI, 2011, p.94) À época, como havia acesso mais amplo apenas ao ensino primário, a imagem do índio era repassada de forma muito limitada, na maioria das vezes reconhecendo sua existência, mas criticando seus “maus hábitos”, considerados “bárbaros” (FUNARI, 2011, p.96)

O ensino do índio não sofreu muitas mudanças de paradigma por um longo tempo – só recentemente, aliás – onde o índio era visto como um hóspede brasileiro sem um local de habitação definido:

[...] Mas poucas pessoas no país tinham acesso à bibliografia mais elaborada, como os livros e mapas geográficos que davam, à sua maneira, algum espaço ao indígena como ocupante do interior do país. Mesmo os estudos históricos sempre privilegiaram a História da Civilização (Oriente Antigo, Grécia e Roma, Idades Média, Moderna e Contemporânea) e a História do Brasil, a partir da chegada de Cabral, em 1500. (FUNARI, 2011, p.97)

As representações do índio repassadas na escola não o favoreciam, e a situação arrastou-se longos anos antes que a historiografia brasileira compreendesse a importância em tentar modificar os aspectos básicos do currículo escolar com relação ao índio, pois as imagens repassadas na escola construíram um imaginário preconceituoso acerca desses povos, levando em consideração que a escola é a base da formação das crianças, e é ali que elas construirão sua primeira visão de mundo. Se esta não corresponder à realidade – como na questão do índio – então a educação encontra-se defasada ao repassar preconceitos e imagens que não fazem jus à uma representação imagética do índio, isto quando fala sobre ele.

Assim a história coloca como meros coadjuvantes, quando deveriam ter papéis de destaque:

Grupioni apresentou uma análise crítica que, em linhas gerais, mostrava a situação até meados da década de 1990. Nos livros didáticos, os índios eram quase sempre enfocados no passado. Apareciam, muitas vezes, como coadjuvantes e não como sujeitos históricos, à sombra da atividade dos colonos europeus. A colonização do continente americano pelos indígenas praticamente não era mencionada e os índios eram descritos por meio da negação de traços culturais considerados negativos, como falta de escrita, de governo e de tecnologia. (FUNARI, 2011, p.98)

O fato de não apresentarem tais instrumentos considerados vitais a uma “civilidade” basicamente desqualificava-os aos olhos da sociedade. Essas representações foram muito prejudiciais ao índio no contexto educativo.

Contudo, no Brasil houve uma grande renovação no âmbito educacional. Preceitos como a universalização da escola e a valorização da diversidade cultural foram sendo discutidos e incorporados ao currículo e às propostas educacionais. A homogeneidade deixou de ser um pressuposto básico para o país, dando lugar à pluralidade e diversidade como princípios norteadores. Essas mudanças tiveram impacto significativo no ensino da cultura indígena na escola; dentre os livros didáticos, por exemplo, o que hoje mais trata da cultura indígena é o de História. Nestas obras, atualmente tem-se falado cada vez mais das questões indígenas, colocando-os no centro de debates importantes e desconstruindo antigos preconceitos e vícios educacionais.

Diversos livros, inclusive, apresentam a povoação do continente como um tema em discussão pelos pesquisadores, com a apresentação de diversas teorias, o que favorece uma visão crítica sobre o conhecimento histórico por parte dos estudantes [...] A antiga tradição de começar nossa História com a chegada dos portugueses foi superada. (FUNARI, 2011, p.100)

Apesar disso, os índios dificilmente são retratados em um ambiente atual. “Mantém-se, contudo, o predomínio da apresentação dos índios a partir do passado, mas isso se explica, em grande parte, por se tratar de livros de História” (FUNARI, 2011, p.100). A deficiência em representa-los em um contexto atual contribui para uma representação defasada no imaginário dos alunos, que os veem como ainda distantes da tecnologia e da cultura brasileira:

Quando solicitados a desenhar índios, os alunos escolhem, para identificar o personagem, características distintivas como o corte de cabelo, a tanga e os artefatos, especialmente o arco e flecha. Menos de 10% dos desenhos mostram algo além da figura do índio de modo que os aspectos culturais da vida indígena não parecem muito claros ou relevantes [...]. Os demais aspectos da imensa riqueza da cultura indígena (pinturas rupestres, cestaria, pinturas corporais, para citar os mais conhecidos) não mereceram atenção. (FUNARI, 2011, p.106)

O conhecimento visto acerca dos indígenas restringe-se a ícones passados da cultura, representações que não cabem a todos os índios de hoje. Esta desconstrução de tais representações é reflexo das políticas públicas que são frutos de lutas dos movimentos indígenas para inclusão dos indígenas propostas nos últimos anos. Como ponto positivo delas,

podemos citar o fato de que os índios vêm sendo identificados pelos estudantes como parentes (FUNARI, 2011) e não sociedades distantes e misteriosas das florestas brasileiras. Esse reconhecimento é um feito consideravelmente notável, visto que por muitos séculos ser considerado parente de índios era algo vergonhoso (FUNARI, 2011).

O que deve ocorrer é a continuidade da aplicações de política públicas para a constante valorização do índio, que aparece como inexistente ou pouco numeroso na história oficial. O ganho da visibilidade poderia fazer com que o número de descendentes declarados crescesse voluptuosamente, como nos Estados Unidos:

Nos Estados Unidos, por exemplo, graças a políticas públicas de valorização da herança indígena, o número de índios contabilizados não parou de crescer. Em 1960, havia 524 mil índios, em uma época em que os indígenas eram representados como o “outro” cultural, os selvagens ou os malvados dos filmes de faroeste. Em 1990, já eram 1,878 milhão, e em 2000, mais de 7 milhões de americanos declaravam ter alguma ascendência indígena(...). Portanto, a valorização do indígena, por meio de políticas públicas, foi fundamental para os resultados positivos constatados nos Estados Unidos. (FUNARI, 2011, p.111)

Fato é que com a devida valorização, vem a melhoria da representação, o orgulho e respeito a uma das culturas que formaram o Brasil. Devemos investir nisso, pesquisar, preparar-nos e aos nossos alunos para que haja justiça para o índio, não só de Piripiri, mas de todos os lugares possíveis.

3.2 Os Tabajaras de Piripiri-PI: educação escolar indígena e o direito à diferença

Desde o ano de 2005, ano da fundação da Associação Itacoatiara, os remanescentes vêm idealizando reivindicações sob várias bandeiras de luta. Em 2010, por meio de articulação, os povos descendentes dos tabajaras se dirigiram até ao posto do IBGE para fazerem sua auto declaração, haja vista que no formulário do censo não havia opção para identidade indígena. Contudo, quando saiu o resultado, o censo constatou que apenas 39 pessoas tinham ido até ao órgão para o reconhecimento.

Temos visto que o reconhecimento ancestral foi sua primeira bandeira, ainda há outras, dentre estas: demarcação de terras, reconhecimento pela FUNAI, educação escolar indígena, saúde indígena. Como observado, algumas dessas reivindicações já foram sinalizadas, mas a emergência para a atualidade é a Educação Escolar Indígena.

A educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores [...]. A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global. (BANIWA, 2006 p.129)

Nesse sentido faz-se necessário entender a diferença entre educação escolar e educação indígena. A educação escolar indígena acontece por meio de uma escola diferenciada destinada aos povos indígenas com assuntos específicos enquanto “a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas” (BANIWA, 2006, p.129). A educação escolar dos povos indígenas de Piripiri acontece nas escolas “convencionais”, e a prefeitura da cidade disponibilizou uma escola que estava desativada na zona rural da cidade de Piripiri destinada à educação de jovens e adultos remanescentes dos tabajaras. As aulas são ministradas por uma professora de história da Associação.

Por meio de lutas e resistência os povos indígenas remanescentes dos tabajaras que atualmente vivem na cidade de Piripiri, alcançaram uma conquista: foi aprovado o projeto para construção de uma escola destinada aos remanescentes. Esta escola é a continuação da luta pela valorização da cultura dos remanescentes indígenas no estado do Piauí. A proposta da referida escola seria uma educação destinada aos remanescentes indígenas de Piripiri, com um projeto político pedagógico baseado na história e cultura dos povos indígenas. O problema, porém, é que os Itacoatiara não possuem terras demarcadas para a construção da mesma; o único pedaço de terra que pode ser chamado de seu foi adquirido pelos remanescentes através de compra com recursos de um prêmio que ganharam em 2004.

A associação atualmente tem alguns professores, no entanto, nenhum possui curso na área indígena; suas formações são em Pedagogia e História. Atualmente a principal bandeira de luta dos remanescentes é a educação escolar indígena, entendendo que este é o caminho para a valorização de sua história e cultura.

De acordo com o funcionário da FUNAI de Piripiri, é de suma importância o ensino indígena na comunidade, pois há uma disparidade escolar entre os remanescentes e os demais alunos da cidade. Ainda existem muitos analfabetos e analfabetos funcionais³⁶, então nesse

³⁶ Pessoas que conseguem ler, mas apresentam dificuldade em interpretar o que leem.

momento o foco é a educação voltada para EJA (Educação de Jovens e Adultos). Haja visto que a maioria dos analfabetos está entre os jovens e adultos, Romeu Tavares³⁷ afirma:

Então a educação indígena agora está direcionada para a EJA, pois há grande (percentual) de analfabetismo, e tem uma grande discrepância entre os alunos regularmente matriculados e os remanescentes da associação. Então a escola do Canto da Várzea hoje está com essa demanda. (ROMEU TAVARES,2016)

Portanto, a educação indígena é um debate feito tanto pelo órgão indigenista, como pelos remanescentes. Na referida escola do povoado Canto da Várzea atualmente há uma professora de história remanescente da Associação. A educação que está sendo desenvolvida em Piripiri ainda não é o que eles almejam, pois se faz necessário uma educação diferenciada. BANIWA elenca:

Os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno (BANIWA,2006.p129)

Assim sendo, existem demandas para essa educação que tem por objetivo promover o fortalecimento de suas culturas. Demandas que estão sendo firmadas com outras instituições como a Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Universidade Federal do Piauí – UFPI por meio do órgão indigenista FUNAI. Essas instituições estão promovendo seminários e debates relacionados ao assunto.

Segundo Tavares:

Foi apresentado uma demanda para a Universidade Estadual do Piauí-UESPI na construção do plano de desenvolvimento institucional via PRONERA³⁸ e isso foi demandado para o Governo do estado com uma carta fruto da discussão feita na semana dos povos indígenas... então há algumas ações que estão acontecendo, como o Projeto do Brasil Alfabetizado, mas ainda não é isso que queremos, está servindo apenas para mobilizar o povo, ainda não é a educação indígena. Agora o próximo passo, entendo que é pensar em um seminário de educação indígena, para que se possa reunir atores que já têm experiência com a educação indígena, e agora estamos precisando nos aproximar mais da Uespi, há um processo articulatório que precisa avançar. O fato de termos uma escola em Piripiri hoje lá no Canto da

³⁷ Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias em 26 de agosto de 2016

³⁸ Programa Nacional de Educação

Várzea já foi um passo importante e que precisa avançar mais dentro de Piripiri na área urbana.(TAVARES,2016)

De acordo com Tavares, a educação que acontece em Piripiri para os remanescentes não é suficiente, pois precisa de um ensino direcionado para a cultura desses povos. E o que foi observado é que o ensino de História na cidade e nas escolas onde estudam os remanescentes acontece de forma bem positivista³⁹. Faz-se apenas uma pequena abordagem quando o professor fala do processo de colonização do Brasil. O professor trabalha apenas com o que tem no livro didático.

Conforme o professor de História Jean Paulo⁴⁰:

Bom, a gente trabalha com o que tem no livro. E só fala dos indígenas quando vamos ensinar sobre o processo de colonização. O nosso tempo é muito corrido, e não buscamos em outras fontes. Os alunos da associação que estudam na escola são poucos, mas temos. Mas acho bastante interessante um ensino voltado para a cultura deles. (PAULO, 2016)

Por meio da fala do professor podemos perceber a importância de um profissional capacitado e uma educação diferenciada para os remanescentes, porque na escola aprendem apenas a história oficial e positivista. Isso é resultado de deficientes políticas públicas para os nativos, a escola seria o espaço para debater a história e a cultura desses povos que se declararam indígenas no Estado do Piauí. “A introdução da história dos povos indígenas nas salas de aula, nas perspectivas da Lei 11645/08, tem como *finalidade* abranger as mudanças epistemológicas, mas também de debates sobre o tema preconceitos étnicos raciais” (BITENCOURT, 2013, p.132), portanto é necessário profissionais capacitados.

A principal tarefa de um professor de história e de antropologia é mais do que ensinar datas, nomes, fatos ou conceitos, e sim ajudar os alunos a perceberem que eles faziam e fazem parte de uma história que já foram e são contadas de diferentes formas. Além disso, refletir sobre o porquê de historicamente como os indígenas serem tratados nas instituições escolares apenas como parte do passado. (SILVA,2013). Dito isto, podemos perceber na fala do

³⁹Passa então o positivismo a dominar o pensamento típico do século XIX, como método e como doutrina. Como método, embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica; como doutrina, apresentando-se. Como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever (isto é, saber para prever e agir), mas conteúdo natural de ordem geral que ela mostra junto com os fatos particulares, como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo. (RIBEIRO JUNIOR, **O que é positivismo**, brasiliense. s/d)

⁴⁰ Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias

professor que a temática indígena é tratado como algo do passado, haja visto que ela só é estudada apenas quando se aborda o processo de colonização.

Desta forma Aracy Vera Lopes da Silva aponta que :

Durante as aulas de história para os alunos índios, parece-me importante enfatizar sempre que o objetivo não é substituir o conhecimento anterior que os alunos possuem, mas ampliá-lo agregando o conhecimento anterior que os alunos possuíam. A comparação entre os diferentes enfoques é um dos meios que podem e devem levar ser utilizadas para tornar claras e explícitas as diferentes culturas. (SILVA, 2001, p.150)

É importante está frisando essa comparação, porque a educação escolar indígena não é negligenciar todo ensino tradicional, mas para agregá-lo à história e cultura dos povos indígenas.

A remanescente Vanusa fala de como está sendo trabalhada a educação escolar indígena, de como está sendo trabalhada “lá tem a professora que tem descendência indígena, porque foi uma exigência nossa! Temos professores, se eu não me engano do Canto da Várzea que está se formando História que também tem descendência indígena”. No entanto essa educação ainda é o primeiro passo, pois o que realmente pretendem é uma educação diferenciada.

Segundo Vanusa:

O objetivo futuro é que todo o planejamento municipal seja baseado com os conteúdos indígenas pra que não seja só o Dia do Índio, vamos lá pintar o indiozinho. Mas que seja algo diferenciado. O ensino da história e da cultura de fato dos remanescentes indígenas de Piripiri. (KÁTIA⁴¹, 2016)

Dessa forma, Silva (2014, p.26) afirma que “a Educação Escolar Indígena são os processos de escolarização vivenciados pelos povos indígenas”. E esses processos devem acontecer com um corpo docente essencialmente com indígenas e/ou com capacitação na área indígena, haja visto que os exemplos de professores não preparados acabam por emitir a história tradicional. Em síntese, a educação escolar é o meio para que haja reafirmações de suas culturas.

Deste modo, os remanescentes indígenas dos tabajaras estão em busca de uma educação que os valorize e que é assegura pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho:

⁴¹ Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias em 06 de agosto de 2016.

Deverão ser adotadas medidas de caráter educativo em todos os setores da comunidade nacional, e especialmente naqueles que estejam em contato mais direto com os povos interessados, com o objetivo de se eliminar os preconceitos que poderiam ter com relação a esses povos. Para esse fim, deverão ser realizados esforços para assegurar que os livros de História e demais materiais didáticos ofereçam uma descrição equitativa, exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos interessados. (Convenção 169, 2011 p.37)

Ao passo que existe uma legislação que assegura esse direito, podemos perceber que há uma negligência do Estado para a questão da educação indígena. Deficiência esta que podemos evidenciar na falta de demarcação de terras e na Educação Escolar Indígena. No que concerne a educação, a questão é mais gritante porque do ponto de vista das reivindicações indígenas, a escola é uma prioridade além da educação diferenciada, ela também poderia proporcionar emprego para muitos remanescentes, bem como poderia ser também um local para divulgar seus trabalhos artesanais e um espaço de compartilhamentos de experiências, portanto o espaço escolar teria como finalidade as diversas formas de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos povos indígenas em nível de Piauí, consideramos que está aparecendo, ainda timidamente. Como relação aos remanescentes de Piripiri ainda engatinham, até o presente não tem quase nada escrito. Portanto os povos indígenas de Piripiri, estão buscando seu reconhecimento étnico e estão lutando por melhoria na Associação.

Com isso, até o presente trabalho os indígenas vivem em condições de índios misturados e não aldeados, conseqüentemente sem terras demarcadas, sem acesso a educação escolar diferenciada aos nativos. Então desde a criação da Associação Itacoatiara, em 2005, o grupo tenta definir essas metas, importantes para construir sua história.

Como falado anteriormente este trabalho foi dividido em três capítulos, no qual buscamos registrar, evidenciar a história de lutas desses remanescentes. Elencamos de suma importância para a realização do mesmo, uma pesquisa bibliográfica e análise de dados a partir das entrevistas concedidas pelos remanescentes da Associação. Então problematizamos alguns conceitos utilizados para descrever os nativos e mostramos a importância dos indígenas para a formação da sociedade brasileira. Como isso percebemos como a invisibilidade dos indígenas tanto na historiografia brasileira como local traz conseqüências muito prejudiciais à história indígena, essa invisibilidade é pelo fato da historiografia durante muito tempo ter como foco a história dos grandes homens, assim podemos dizer que durante muito tempo ficou “sob escombros” DIAS, 2010. Essa situação começou a mudar a partir de reivindicações dos movimentos indígenas e no ano de 2008 foi implementada a lei 11.645 que obriga as instituições públicas e privada nos níveis fundamentais e médios o ensino da história e cultura dos povos indígenas, senso assim percebemos que alguns professores trabalham o assunto em sala de aula ainda de forma muito tímida, e sem problematizações e conseqüentemente sem fazer ligação com a realidade. Então atualmente os remanescentes se organizam muitas vezes de forma tímida, a força expressiva de articulação da Associação são as mulheres, pois estão sempre a frente dos movimentos, e eles estão buscando junto as autoridades seus direitos, como a terra e a educação.

Diante do exposto neste texto monográfico, percebemos as formas de organização, moradias, trabalho, saúde dos remanescentes indígenas de Piripiri, ou seja, registramos um pequeno trecho de sua história, e que não acaba aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Escritas:

BRASIL, **Lei 11.645** de 10 de março de 2008

DIAS, C. M. M. (Org.); S, Patrícia (Org.). **História dos índios do Piauí**. Teresina: Editora da UFPI/, 2010. v. 1. 595p

ARAÚJO ,Ana Valéria et al. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: MEC/Secad; Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Secad; Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006.

Orais:

DIAS, Francisco. Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias, em 19 de outubro de 2013.

DIAS, JOSELANE. Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias, em 19 de outubro de 2013.

SILVA, JOSÉ GUILHERME. Entrevista concedida aos acadêmicos do curso de historia da Uespi, em 2013

TAVARES, Romeu. Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias, em 26 de agosto de 2016

PAULO, Jean. Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias, em 26 de agosto de 2016

KATIA, Vanusa. Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias, em 19 de outubro de 2013

_____. Entrevista concedida a Antonia Vanessa Gomes Pereira Farias, em 26 de agosto de 2016

Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **História das Populações indígenas na escola**: memórias e esquecimentos. In PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria.(Org's) Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013 p.101-132.

_____, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1997.

BOSI, Ecléia. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. — São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

BORGES, Joína de Freitas. **Piauí tem índio sim, senhor**: Comunidade indígena Cariris da Serra Grande. 2013, S/D. Disponível em www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/.../38_trabalho_001234_1373848531.docx acesso em 23/08/2016.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **História Oral e História Indígena**: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras, Revista Latino-mericana de História. Rio de Janeiro. Vol. 1, nº. 4 – Dezembro de 2012

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 22ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CARVALHO, Joao Renôr F. de. **A resistência indígena no piaui colonial: 1718-1774**. Imperatriz: ética, 2005

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORREA, Wilson. **Da Liberdade ao Extermínio**. in SOUSA, Patrícia de; DIAS, Claudete Miranda. *História dos Índios no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2010. P. 437 - 455.

BRASIL, **Convenção nº 169** sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011 v1.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Introdução A Uma História Indígena**. In CUNHA, IN _____, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1992

_____, Manuela Carneiro da. **O futuro da questão indígena**. In *Estudos Avançados*. São Paulo, 1994, p121-136

_____, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil**: História, direitos e cidadania . 1a ed. São Paulo : Claro Enigma, 2012

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O índio no solo piauiense**. Teresina, Série Histórica, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 58ª ed. São Paulo: Global, 2006 e 1998

_____, **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo. PINÓN, Ana. **A temática indígena na escola**: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. Ed. 46ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MACHADO, Paulo. **As Trilhas da Morte**. in SOUSA, Patrícia de; DIAS, Claudete Miranda. *História dos Índios no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2010. P. 461 - 477.
- NUNES, Odilon. **Discurso de posse de Odilon Nunes**. Revista da academia piauiense de letras. Teresina, v.3, p. 109-112, 1972a
- PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral**: A pesquisa como experimento em igualdade. PROJETO HISTÓRIA, 14, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, 1997(a), p. 7-24.
- _____. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72
- QUEIROZ, Teresinha. Odilon Nunes: **História e erudição**. In pesquisas para a história do Piauí, vol. 1
- RAMOS, Alcida. **As sociedades indígenas**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1995 e 1986
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e 1996.
- SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio(orgs). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena**: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 213-223 – 2012
- _____, Edson. **Ensino e socio diversidades indígenas**: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. Revista de Humanidades, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 21-37 – 2014 Caicó, v. 15, n. 35, p. 21-37, jul./dez. 2014. Dossiê Histórias Indígenas.
- SILVA, Aracy Lope da. **Antropologia, História e Educação**: A questão indígena e a escola. São Paulo: global, 2001. 400p

SILVA, Giovani da Silva. **Ensino de História Indígena no Brasil**: algumas reflexões a partir do Mato Grosso do Sul. In PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria.(Org's) Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013 p.133-154

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 210 p.

_____. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**./Tradução de Maltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

Sites:

WIKIPEDIA, disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/90/Piaui_Municip_Piripiri.svg/2000px-Piaui_Municip_Piripiri.svg.png. Acesso em 31.08.16 as 21:30

IBGE, senso 2010. Disponível em :censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em 20.04.15

G1, portal de comunicação. Disponível em: g1.globo.com/pi/piaui/ Acesso em 20.05.14

Meio norte. Disponível em <http://portalcostanorte.meionorte.com/indios-do-piaui-sao-reconhecidos-nacionalmente-aponta-associacao/> Acesso em 05.09.15

ANEXOS



moradias de remanescentes. Arquivo



alguns pessoal

Cacique José Guilherme





Cacique José Guilherme. Arquivo pessoal





Dona Raimunda e sua família. Arquivo pessoal, 2014



Associação Itacoatiara. Arquivo pessoal. 2014